



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA

EMMANOEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO

**A TERRITORIALIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: O
CASO DOS ACAMPAMENTOS HELENIRA RESENDE E FREI HENRI DES
ROZIERES**

MARABÁ
2018

EMMANOEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO

**A TERRITORIALIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: O
CASO DOS ACAMPAMENTOS HELENIRA RESENDE E FREI HENRI DES
ROZIERS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do título de bacharel e licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Rego Miranda

MARABÁ
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Nascimento, Emmanoel de Oliveira

A territorialização de trabalhadores rurais sem terra: o caso dos acampamentos Helenira Resende e Frei Henri des Roziers / Emmanoel de Oliveira Nascimento ; orientador, Rogério Rego Miranda. — Marabá : [s. n.], 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2018.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). 2. Assentamentos humanos – Pará. 3. Trabalhadores rurais - Condições econômicas - Condições sociais. 4. Invasões de terra - Pará. 5. Geografia humana. 6. Posse da terra. 7. Posseiros - Pará. I. Miranda, Rogério Rego, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 333.318115

Elaborada por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

EMMANOEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO

**A TERRITORIALIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: O CASO
DOS ACAMPAMENTOS HELENIRA RESENDE E FREI HENRI DES ROZIERES**

Conceito: _____

Data de Aprovação: Marabá-PA, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Rogério Rego Miranda (Unifesspa)

Prof. Dr. Rogério Souza Marinho

Prof. Ms. Ginno Perez Salas

MARABÁ
2018

Dedico esse trabalho a todos aqueles que lutam de forma incessante pelo sonho de ter um pedaço de terra para trabalho e com isso proporcionar o sustento de seus familiares.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente as forças protetoras do universo que permitiu o desenvolvimento desse trabalho, aos meus pais Manoel dos Reis e Maria do Socorro, responsáveis pela minha existência e pela formação do homem que hoje sou. A minha esposa Patrícia Zen que me compreendeu, me dando força e me fazia lembrar do TCC a todo momento. Aos meus irmãos Francisco, Lennon e Olga que sempre estão ao meu lado mesmo nos momentos difíceis. Aos meus sobrinhos Ana Cecília, Heitor e Thaissa que sempre conseguem tirar um sorriso do meu rosto com suas brincadeiras e as minhas cunhadas Joelma e Luciana.

A todos os discentes da turma 2013, em especial aos meus colegas: Reinan, Diemisson, Sara Bruna, Gutemberg, Nayara e Juliana, que me acompanharam durante os cinco anos de graduação me proporcionando momentos inesquecíveis, ao meu orientador Rogério Rego Miranda e a todos os professores da faculdade de Geografia.

As Trabalhadores Rurais dos Acampamentos Frei Henri des Roziers e Helenira Resende, em especial o Senhor Paulo e o seu Raimundo Ferreira, pela colaboração e disponibilidade, sempre me receberam bem e contribuíram para a pesquisa.

RESUMO

A presença do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sudeste paraense tem seu início ainda em meados da década de 80 e sua participação efetiva só vem ocorrer no início da década de 90. Tendo em vista a produção territorial desse movimento, definimos enquanto objetivo geral de nossa pesquisa analisar a territorialização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no eixo compreendido entre os Municípios de Marabá e Curionópolis, por meio dos acampamentos Helenira Resende e Frei Henri des Roziers ambos organizados pelo MST, sendo o recorte temporal o período de 2010 a 2018. Enquanto objetivos específicos, propusemos identificar e analisar a trajetória geográfica dos trabalhadores rurais sem terras dos acampamentos Helenira Resende e Frei Henri de Roziers; identificar e analisar as estratégias de resistência territorial dos acampados frente a hegemonia do capital nos municípios de Marabá e Curionópolis; e, por fim, analisar os elementos socioeconômicos que impulsionam a luta pela terra por meio dos acampamentos Helenira Resende e Frei Henri des Roziers. Para esse fim, usamos a metodologia qualitativa, com os seguintes procedimentos: a pesquisa bibliográfica; a observação sistemática nos acampamentos em questão; entrevistas semi-estruturadas; registro fotográfico e a produção de cartografias temáticas. Em se tratando do referencial teórico, utilizamos principalmente o debate da reprodução camponesa por meio da luta pela terra, cujo conceito central de análise correspondeu ao território, para entender a territorialização do MST, bem como os a produção do espaço dos acampamentos enquanto aglomerados de exclusão. O trecho que liga os municípios de Marabá a Curionópolis contempla duas rodovias importantes, a BR 155 e a PA275. É importante ressaltar que são através dessas rodovias que se dá acesso ao Projeto Grande Carajás da companhia Vale, S.A. Nessas rodovias também se fazem presente grandes empreendimentos, tais como: o Distrito Industrial de Marabá, Parque de Exposições Agropecuárias de Marabá, empresas de insumos agropecuários, Fazenda Revemar, Frigorífico JBS entre outros. Em meio à uma estrutura fundiária que historicamente vem favorecendo o grande latifúndio, podemos observar no sudeste paraense o processo de territorialização de trabalhadores rurais sem-terra através de acampamentos como forma de luta pela reforma agrária. Os acampamentos Frei Henri de Roisiers e Helenira Resende estão em atividade há quase uma década e são formados principalmente por pessoas das regiões Norte e Nordeste, com trajetórias de vida marcadas pela pobreza, desterritorialização, forte ligação com a terra e sonhos de conseguir a terra para o trabalho, para isso utilizam das mais variadas estratégias. Os fatores socioeconômicos que impulsionaram a luta dos trabalhadores de ambos os acampamentos estão relacionados a muitas questões, bem como desemprego, falta de qualificação, alto custo de morar nas cidades e o sonho de conseguir terra.

Palavras-Chave: territorialização, acampamentos, MST, aglomerados de exclusão.

ABSTRACT

The presence of the Movement of Landless Rural Workers (MST) in the Southeast of Pará began in the mid-1980s and its effective participation only occurred in the early 1990s. In view of the territorial production of this movement, we defined the general objective of our research is to analyze the territoriality of Landless Rural Workers on the axis between the Municipalities of Marabá and Curionópolis, through the camps Helenira Resende and Frei Henri de Roisiers, both organized by the MST, with the temporal cut between 2010 and 2018. As specific objectives, we proposed to identify and analyze the geographical trajectory of landless rural workers from the camps Helenira Resende and Frei Henri des Roziars; identify and analyze the strategies of territorial resistance of the campesinos against the hegemony of the capital in the municipalities of Marabá and Curionópolis; and, finally, to analyze the socioeconomic elements that drive the struggle for land through the camps Helenira Resende and Frei Henri de Roziars. To this end, we use the qualitative methodology, with the following procedures: bibliographic research; systematic observation in the camps in question; semi-structured interviews; photographic record and the production of thematic cartographies. In the case of the theoretical reference, we mainly use the debate of peasant reproduction through the struggle for land, whose central concept of analysis corresponded to the territory, to understand the territorialization of the MST, as well as the production of the space of the camps as clusters of exclusion. The stretch connecting the municipalities of Marabá to Curionópolis contemplates two important highways, the BR 155 and the PA275. It is important to note that these highways give access to the Vale Carajás Grande Project of the company Vale, SA. These highways also include large enterprises such as: the Marabá Industrial District, the Marabá Agricultural and Agricultural Exhibition Park, agricultural products, Revemar Farm, JBS Refrigerator, among others. In the midst of an agrarian structure that has historically favored the large landowners, we can observe in Southeast Pará the process of territorialization of landless rural workers through encampments as a form of struggle for agrarian reform. The camps of Frei Henri de Roisiers and Helenira Resende have been in operation for almost a decade and are mainly made up of people from the North and Northeast regions, with trajectories of life marked by poverty, deterritorialization, strong connection with the land and dreams of getting land for the work, for that use of the most varied strategies. Socioeconomic factors that have fueled the struggle of workers at both camps are related to many issues, such as unemployment, lack of qualification, high cost of living in cities and a dream of land.

Keywords: territorialization, campsites, MST, exclusion agglomerates.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Entrada do Acampamento Frei Henri Des Roziers.....	42
Foto 2 - Acampamento Frei Henri Des Roziers.....	43
Foto 3 - Acampamento Frei Henri Des Roziers, Plantação de Milho.....	44
Foto 4 - Acampamento Frei Henri Des Roziers, Anexo da Escola Domingos Martins.....	46
Foto 5 - Acampamento Helenira Resende.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais conflitos no Sudeste do Pará 2017.....	31
Quadro 2 - Atividades desenvolvidas no acampamento Frei Henri Des Roziere.....	46

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Acampamento Frei Henri Des Roziers.....	41
Mapa 2 - Localização do Acampamento Helenira Resende.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Origem dos trabalhadores do acampamento Frei Henri.....	47
Gráfico 2- Profissão dos trabalhadores do acampamento Frei Henri, antes de ingressarem no MST.....	48

LISTA DE SIGLAS

CEBS	Comunidade Eclesiais de Base
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
STRS	Sindicatos de Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPITULO 1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUDESTE PARAENSE/TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO BRASIL E NO SUDESTE PARAENSE.....	18
1.1 Extrativismo da Castanha	18
1.2 As políticas de “Integração do governo militar”	20
1.3 Territorialização do MST no Brasil.....	24
1.4 MST no Sudeste do Pará.....	29
CAPITULO 2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO	32
CAPÍTULO 3 ACAMPAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA/ACAMPAMENTO: FREI HENRI ROISIRS E HELENIRA RESENDE	38
3.1 Acampamento Frei Henri des Roziers.....	40
3.2 Acampamento Helenira Resende.....	49
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

A luta pela terra e a participação efetiva de organizações de trabalhadores rurais tem acontecido de forma marcante no Sudeste paraense, de início pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), ainda na década de 1990 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na virada do século XX, podemos perceber outras organizações como a Federação da Agricultura Familiar (FETRAF) atuando nessa porção do estado (ASSIS, 2007).

Diante de uma estrutura fundiária historicamente constituída tendo como base a criação de latifúndios, as ocupações de terras diariamente têm significado a principal forma de acesso à terra no Brasil, com isso, diversos movimentos camponeses tem travado lutas por todas as regiões brasileiras com o intuito de pressionar o Estado a adotar políticas públicas que fato venham trazer melhorias para as populações que vivem no campo brasileiro.

A presença do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sudeste paraense tem seu início ainda em meados da década de 80 e sua participação efetiva só vem ocorrer no início da década de 90, onde a resistência desse movimento diante a hegemonia do capital vai proporcionar lutas históricas por território nessa porção do estado do Pará.

Para a disputa pelo território o movimento em questão desenvolve uma série de estratégias que vão desde a ocupação de prédios públicos, manifestações até ocupações de terras e construção de acampamentos. Nesse sentido, a questão central (problema) é o acampamento enquanto território e dentro dele se traça uma série de estratégias ou ações para que esse território deixe de ser provisório e se torne relativamente estável com o projeto de assentamento.

A complexidade que o significado do acampamento representa na luta pela terra, é o grande motivador do mesmo estar presente nessa pesquisa. Dessa forma, no acampamento é possível perceber que de fato a luta pela terra tem proporcionado grande visibilidade e apresentado algumas características importantes tais como: relações de poder, apropriação, organização, divisão de tarefas, enraizamento de seus sujeitos e a coletividade como sendo algo marcante.

Vale ressaltar que esses locais se tornam o *locus* do enfrentamento no/pelo território, fazendo resistência frente à estrutura fundiária que é historicamente concentrada, apesar de haver por parte de algumas empresas midiáticas a intenção de criminalizar a luta que os trabalhadores têm traçado no campo.

É notável a proliferação de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra como forma de resistência no eixo localizado entre os municípios de Marabá e Curionópolis, vale ressaltar ainda que, isso ocorre principalmente a partir da década de 1990, haja vista que esse trecho

contempla duas rodovias importantes, a BR 155 e a PA275. E são por essas rodovias que se o dá acesso ao Projeto Grande Carajás e, também, nelas se encontram os grandes empreendimentos, tais como: Distrito industrial do Município de Marabá, Parque de Exposições Agropecuária de Marabá, empresas de insumos agropecuários, Fazenda Revemar, Frigorífico JBS entre outros.

A partir dos fatores mencionados acima, podemos observar a importância econômica que esse eixo significa ao agronegócio e a mineração no Sudeste paraense e com isso emergi a vontade enquanto pesquisador e morador da região há mais de 25 (vinte e cinco) anos, em entender o processo de territorialização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos acampamentos Frei Henri (município de Curionópolis) e Helenira Resende (município de Marabá).

Com base na luta em que os movimentos de trabalhadores rurais têm traçado no sudeste paraense, não apenas na luta pela terra, apresentamos enquanto problemática: “*De que maneira se dá a territorialização dos trabalhadores rurais sem terra no eixo entre os municípios de Marabá e Curionópolis, nos acampamentos Helenira Resende e Frei Henri Des Roziers?* ”. O recorte temporal da presente pesquisa, contempla o período de 2010 a 2018, tendo em vista que corresponde ao momento das ocupações e de estruturação dos acampamentos definidos para a pesquisa.

Com a intenção de responder a problemática, foram formuladas algumas questões específicas para que se torne possível uma melhor compreensão, onde terão as seguintes indagações:

1. Qual a trajetória geográfica dos trabalhadores rurais sem terras dos acampamentos *Helenira Resende (Marabá-PA) e Frei Henri Des Roziers (Curionópolis-PA)*?
2. Quais as estratégias de resistência territorial dos acampados frente a hegemonia do capital nos municípios de Marabá e Curionópolis?
3. Quais foram os elementos socioeconômicos que impulsionam a luta pela terra por meio dos acampamentos: *Helenira Resende (Marabá-PA) e Frei Henri Des Roziers (Curionópolis-PA)*?

O recorte espacial escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foram os Acampamentos: Helenira Resende (Marabá) e Frei Henri des Roziers (Curionópolis). A escolha dos acampamentos, ambos organizados pelo MST, se dá pela relevância enquanto instrumentos de luta pela reforma agrária no Sudeste paraense e para o processo de territorialização que tem ocorrido nesses espaços, luta essa marcada por estratégias de resistência territorial dos

acampados. Entretanto, a reivindicação em forma de acampamento, não retrata apenas as condições na qual indivíduos estão inseridos diante da hegemonia do capital, mas, carrega o início de um novo processo de sociabilidade.

Em atividade desde 10 de agosto do ano de 2010, o acampamento Frei Henri está localizado na Fazenda Fazendinha rodovia PA 275 precisamente no Km 23, dentro dos limites territoriais do município de Curionópolis no sentido à cidade de Parauapebas. Segundo informações da liderança do acampamento, o mesmo possui 121 famílias e aproximadamente 450 Trabalhadores Rurais Sem Terra e o mesmo encontra-se em fase de pré-assentamento pois, já houve a delimitação da área em que cada família será assentada por meio de sorteio, logo, em poucos meses essas pessoas irão vivenciar um momento muito importante que será a transição de acampado para assentado.

O acampamento Helenira Rezende organizado pelo MST está em atividade desde do ano de 2009 no complexo Cedro, onde a Agropecuária Santa Barbara se rotula como proprietária da área, o mesmo possui 70 famílias e aproximadamente 210 pessoas acampadas. Vale ressaltar que durante esses quase dez anos de ocupação, os trabalhadores desse acampamento já foram alvo de dois despejos a mando da justiça.

Os dois acampamentos em questão são organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento que tem ganhado força e visibilidade na luta pela terra nessa porção do estado do Pará. Nesse sentido:

O MST corresponde a um dos movimentos que mais têm ganhado força nos últimos anos – seja no Brasil, seja no sudeste paraense –, pois além de propor formas organizativas diferenciadas quanto à organização da luta pela terra, idealiza elementos novos quanto à produção voltada para a agroecologia em contraposição ao agronegócio; a educação baseada em uma pedagogia pautada na educação do campo, divergindo de uma mais vinculada ao mercado e à cidade; a organicidade como mecanismo de resolução de problemas ou de tomadas de decisão (MIRANDA, 2017, p.25).

Enquanto objetivo geral, esse trabalho buscará analisar a territorialização dos trabalhadores rurais sem terra no eixo entre os Municípios de Marabá e Curionópolis, por meio dos acampamentos Helenira Resende e Frei Henri des Roziers.

Enquanto objetivos específicos almejamos:

1. Identificar e analisar a trajetória geográfica dos trabalhadores rurais sem terras dos acampamentos Helenira Resende e Frei Henri des Roziers;
2. Identificar e analisar as estratégias de resistência territorial dos acampados frente a hegemonia do capital nos municípios de Marabá e Curionópolis;
3. Analisar os elementos socioeconômicos que impulsionam a luta pela terra por meio dos acampamentos Helenira Resende e Frei Henri des Roziers.

A metodologia da pesquisa é qualitativa, sendo necessário o trabalho de campo para comprovação dos dados e para poder alcançar os objetivos mencionados anteriormente, nesse sentido foram seguidos os seguintes procedimentos metodológicos: foi realizado levantamentos e análises bibliográficas do tema estudado com objetivo de elaborar fichamentos e resenhas, a fim de compreender o assunto com maior profundidade e com isso estabelecer um diálogo com diferentes autores que anteriormente discorreram sobre a problemática evidenciada pela pesquisa. Entre as bibliografias pesquisadas podemos contar com dissertações, artigos, livros e teses sobre o MST, principalmente no que tange sua territorialização pelo Brasil e Sudeste paraense.

O trabalho de campo foi de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho, pois segundo Lakatos (2010) a pesquisa de campo deve ser utilizada com a intenção de adquirir informações ou conhecimentos referentes a um determinado problema onde se busca respostas ou hipóteses que se queira comprovar. Nesse sentido, a necessidade de deslocar até os acampamentos Helenira Resende e Frei Henri des Roziere com objetivos preestabelecidos de observar as estratégias de organização e resistência desses trabalhadores, bem como suas trajetórias de vida e elementos socioeconômicos que impulsionam a luta pela terra por meio dos acampamentos e com isso entender de que forma esses trabalhadores vem se territorializando nos acampamentos citados acima.

O trabalho de campo seguiu os seguintes passos:

- a) Entrevistas Semi-Estruturadas foram realizadas com os integrantes do MST localizados nos acampamentos Helenira Resende e Frei Henri des Roziere pois, segundo Rosa (2008), esse tipo de entrevista possibilitará que os sujeitos discorram e verbalizem seus pensamentos, tendências e reflexões no que tange os temas expostos pela pesquisa.
- b) Levantamento fotográfico que correspondeu a uma etapa de grande importância para esse trabalho pois, segundo Miranda (2017), possibilita o reconhecimento da paisagem dos acampamentos, salientando principalmente a sua organização espacial, a produção agrícola e pecuária e as formas de manifestações coletivas em prol de melhorias sociais e de ações pela reforma agrária, tanto nos assentamentos quanto nos acampamentos organizados pelo MST.
- c) Foi realizado a produção cartográfica, na qual utilizamos primeiramente hardware GPS na coleta de Pontos, depois o *software* livre QGIS, para sistematizar informações obtidas em trabalho de campo: localização dos acampamentos organizados pelo MST e dos principais empreendimentos agropecuários, minerais e industriais localizados no eixo entre os municípios de Marabá e Curionópolis, tendo em vista que esse eixo

contempla duas rodovias BR155 e PA275, ambas importantes na sub região sudeste paraense.

Queremos deixar bem claro que a presente pesquisa foi de caráter qualitativa e os dados quantitativos que surgiram na pesquisa foram em virtude das entrevistas realizadas nos acampamentos, sendo 12 entrevistas no acampamento Helenira Resende e 12 no acampamento Frei Henri des Roziers.

O presente trabalho de conclusão de curso está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo discorreremos a respeito da formação territorial do Sudeste paraense e o processo de territorialização do MST no Brasil e no Sudeste paraense.

No segundo capítulo buscamos deixar bem claro a que conceito de território a presente pesquisa está embasada para entender o processo de territorialização do MST.

E, por fim, no terceiro capítulo buscamos entender o acampamento como estratégia de resistência e de que maneira os trabalhadores rurais sem terra vem se territorializando nos acampamentos Frei Henri des Roziers e Helenira Resende.

CAPITULO 1: FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUDESTE PARAENSE/TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO BRASIL E NO SUDESTE PARAENSE.

Para Michelotti (2008), a ocupação da região compreendida como Sudeste Paraense foi resultado dos deslocamentos da frente de expansão da pecuária da região Nordeste brasileira em direção à Amazônia com o objetivo de se tornar uma área de produção agrícola e pecuária. No entanto, a elite local de comerciantes conseguiu reestruturar a atividade produtiva substituindo-a pela exploração da castanha, para que isso se tornasse viável foi possível aproveitar a elevada densidade de árvores dessa espécie na região e de toda a infraestrutura que havia sido montada ainda na época da borracha.

1.1 Extrativismo da Castanha

Para Assis (2007), a castanha antes de ganhar importância internacional, o seu uso já era bastante difundido em toda a região da Amazônia, seja na alimentação, na fabricação de cosméticos ou na iluminação nas áreas rurais e urbanas. Extrapolando seu uso local, a castanha passou a ser exportada para o continente europeu e aos Estados Unidos ainda no final do século XIX e início do XX e desempenhou papel fundamental na economia do Pará, em particular da região de Marabá, a partir do colapso da exportação da borracha. Devido à sua sazonalidade, sempre conviveu com a exploração e/ou produção de outros produtos.

Emmi (2002). Ao crescimento do extrativismo da castanha na região do Tocantins destaca:

Começando com uma produção relativamente modesta no conjunto do Estado, foi em meados da década de 20 que a região do Tocantins se tornou conhecida pelas riquezas de seus castanhais. O Tocantins manteve uma produção média de 115.000 hl entre 1925 e 1928 com safras de importância alternada. A região passou a maior produtora a partir de 1927, ano em que Marabá obteve o primeiro lugar suplantando Alenquer e Óbidos (EMMI, 2002, p.4)

Para Emmi, o ganho proveniente da economia da castanha possibilitou o reconhecimento do município de Marabá durante várias décadas como “terra dos castanhais”, isto se deve a pelo menos dois fatores, “ primeiro fato do município ter sido durante muito tempo o maior produtor de castanha; em segundo lugar porque lá residiam os grupos familiares detentores do poder político e econômico da região do Tocantins, a chamada oligarquia castanheira” (EMMI 2002, p.4).

A economia da castanha foi capaz de proporcionar à elite local ganhos significativos com o extrativismo desse produto, esses grupos de famílias não eram só comerciantes ou financiadores eram na maioria dos casos donos dos barcos de transporte da produção, donos

dos comércios de gêneros alimentícios e da terra de onde eram extraídas as castanhas, sendo assim dominavam toda a cadeia produtiva (EMMI, 2002).

No período áureo da economia da castanha no estado do Pará, a área de maior incidência de castanhais na região do Médio-Tocantins ficou conhecida como Polígono dos Castanhais. O Polígono compreende principalmente aos municípios: Marabá, São João do Araguaia e Xinguara. (EMMI, 2002).

Na década de 1950 a expansão camponesa do Maranhão começou a alcançar os limites da floresta amazônica nas proximidades do Rio Tocantins, logo, alguns dos camponeses começaram a atravessar na direção do Pará, os motivos dessa migração estão ligados a vários fatores, entre eles, a cultura da queimada, levando a uma redução na fertilidade do solo, além do que quando surgia alguma dificuldade tal como um fazendeiro ou um *grileiro* reivindicando a propriedade da terra, esse fato, combinado com a existência de terra virgem desocupada adiante, estimulava mais expansão em direção a Amazônia:

O seu padrão de ocupação consistia em indivíduos ou pequenos grupos de homens penetrarem na floresta, buscando um local favorável para se estabelecerem. Após uma busca que podia durar bastante tempo e exigir muito esforço, em geral escolhiam um lugar próximo a um riacho (*igarapé*) ou lagoa. Seria em geral num terreno que contivesse barro, considerado bom para a produção agrícola e para a criação de porcos, além de ser bom material de construção. Após os trabalhos iniciais voltavam para buscar as suas famílias, que estariam ou nos locais originais de partida ou num dos povoados próximos ao rio (VELHO, 2009, p190).

Outros migrantes já vinham se deslocando na direção de terras férteis no estado do Pará durante os anos de 1950 e a primeira metade da década de 1960. Muitos desses migrantes eram de famílias procedentes do Maranhão, Piauí, Ceará, Minas Gerais e Bahia que desempenhavam funções de agregados ou eram peões de grandes fazendas no sudoeste do Maranhão e no norte de Goiás, hoje sendo Tocantins (PEREIRA, 2013).

Por outro lado, Velho (2009), destaca que nos anos de 1969-70 a região Nordeste brasileira experimentou mais uma seca severa e, como já é de costume, novas medidas governamentais se seguiram com o intuito de deslocar grande parte dessa mão-de-obra excedente para outra região. Nesse contexto, a Amazônia surgiu como a primeira alternativa, logo, era lógico juntar uma região em que havia pouca terra disponível e um excedente populacional e outra em que havia abundância de terras e uma população rarefeita no que tange a espacialização dessa população, ao menos essa era a interpretação etnocêntrica do Estado Brasileiro.

Quando se fala das formas de apropriação da terra na região compreendida como tocantina, pode-se destacar dois momentos em um mesmo processo, pois estão em confronto no primeiro momento grupos econômicos concorrendo por conta própria; já no segundo momento, estamos diante de uma intervenção direta e formal do estado brasileiro, representado pelo então governo civil-militar e suas instituições burocráticas (INCRA, GETAT, IBDF, SUDAM e secretarias diversas), (HÈBETHE, 2004).

1.2 As políticas de “Integração do governo militar”

O governo militar conseguiu unir o útil ao agradável e diante de um discurso nacionalista tendo como justificativa a integração nacional, a soberania do território brasileiro e o desenvolvimentismo, logo, o governo direciona os holofotes para a região Amazônica que historicamente havia ficado isolada do restante do país, nesse novo momento se percebe uma série de medidas para o território amazônico. Nesse sentido, para Velho (2009) a palavra “Integração” era usada dentro do campo ideológico e na época ficou bem famosa a expressão “Integrar para não entregar”.

Após visita à região o Presidente da República na época, militar Emilio Garrastazu Médici, em março de 1970, foi anunciado pelo próprio a construção da Rodovia Transamazônica. Simultaneamente, vários outros projetos rodoviários foram anunciados, entre eles a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém, a pavimentação da Belém-Brasília e o apoio à rodovia estadual em construção ligando Manaus à Brasília-Acre (VELHO, 2009).

Para Velho (2009), ainda nos primeiros anos da década de 1970, era observado pelo menos três grandes correntes camponesas que se dirigem para a Amazônia onde:

1. A corrente “espontânea” que discutimos e que está agora ocupando o noroeste do Maranhão e o sul do Pará.
2. Uma corrente “espontânea” na direção de Noroeste vinda do Centro-Sul para Rondônia e Acre através da Estrada Brasília-Acre. Em 1972-73 alguns milhares de migrantes estavam chegando lá todo mês e muitos outros já estavam avançando na direção da Estrada Porto Velho-Manaus. Veem dos estados do Sul, embora muitos fossem originalmente de outros estados (sobretudo do Nordeste), donde anteriormente haviam se dirigido para o Paraná e São Paulo.
3. A colonização “planejada” da Rodovia Transamazônica levada a cabo pelo INCRA, particularmente entre os rios Xingu e Tapajós (VELHO, 2009, p.207).

As diversas obras de infraestrutura na região Amazônica como por exemplo a Rodovia Transamazônica, foram de certa forma tendenciosas e com um viés político, favorecendo a entrada do capital nacional e proveniente principalmente do centro sul do país com capital estrangeiro. Para Pereira (2013) houve por parte do governo uma série de medidas, entre elas a

construção de estradas, criação de órgãos públicos além de um de um sistema de propagandas que trazia como tema a oportunidade de lucros fáceis na Amazônia. Nesse sentido, Velho (2009) destaca que o projeto governamental para a Amazônia traria ações que proporcionaria mudanças significativas e estratégicas no que se refere ao território amazônico:

Cem quilômetros de cada lado das estradas em construção seriam reservados à pequena agricultura. A ocupação de posseiros dentro dessa faixa em todas as estradas da Amazônia (um total de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados) seria reconhecida e legalizada. O objetivo inicial seria a transferência de 100 mil famílias (portanto cerca de meio milhão de pessoas) em cinco anos. O INCRA começou a pôr em execução um esquema elaborado para a ocupação da Rodovia Transamazônica, baseado nas Agrovilas, Agropolis e Rurópolis. A Transamazônica foi o principal eixo escolhido para a colonização oficial e como tal veio a simbolizar uma nova era (VELHO, 2009, p.198).

A abertura das rodovias e a chegada dos grandes projetos na Amazônia proporcionaram mudanças extremamente rápidas e violentas, sendo capazes de proporcionar conflitos, violência e impactos na organização do território que décadas posteriores não foram solucionados e nos dias atuais são capazes de gerar problemas gravíssimos que estão distantes de serem resolvidos.

Apenas com anuncio pelo Governo Federal de que haveria colonização ao longo da Rodovia Transamazônica (BR-230), foi suficiente para estimular a vinda de muitos trabalhadores para o Sul e Sudeste do Pará, na sua grande maioria tratava de colonos pobres (PEREIRA, 2013).

O próprio governo federal estimulou o latifúndio, através do aparato político administrativo, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com objetivo de proporcionar incentivos fiscais para aqueles que desenvolvessem a pecuária em grande escala na Amazônia.

As propagandas de incentivos para migrações em direção a Amazônia nas décadas de 60 e 70 promovidas pelo governo federal obtiveram êxito, logo, um grande número de corporações e de famílias oriundas das regiões do Nordeste e Sul principalmente caminham em direção para Amazônia em busca de um novo começo, uma outra oportunidade de refazer suas histórias. As famílias empobrecidas percebiam o estado do Pará como território de possível acolhimento para os que não tinham terra, mas também como território que se prestava à elaboração de sonhos, busca de utopias e de realizações (PEREIRA, 2013).

No mesmo sentido, Velho (2009) explica que a expansão da fronteira em direção a Amazônia na década de 1970 estaria destinada a ter mais uma vez o papel principalmente ideológico, logo, contou com ajuda maciça dos veículos de comunicação.

No entanto, a chegada de novas empresas e famílias na Amazônia não aconteceu de forma pacífica, pois aqui já existiam territórios tradicionais indígenas, quilombolas e de

pequenos proprietários, além de grandes latifundiários que historicamente exerciam elevada influência no cenário político e econômico na região.

Segundo Emmi (1996), no sudeste paraense era notável a presença de oligarquias que detinham o poder e controle territorial e na cidade de Marabá elas conservavam na gênese de seu poder a propriedade da terra, associada aos interesses comerciais da castanha do Pará, produto esse voltado para pauta de exportação e com grande aceitação no mercado internacional.

Para Hébette (2004), a migração em direção ao campo paraense foi capaz de modificar profundamente o sudeste do estado do Pará, onde cidades como Marabá, São João do Araguaia, Itupiranga, Jacundá, Conceição do Araguaia e Tucuruí eram habitadas por diferentes grupos indígenas e por uma população cabocla que podemos definir com relativamente escassa.

O município de Marabá é considerado por decreto-Lei nº 1.131, de 30 de outubro de 1970, área de segurança nacional, com presença maciça de militares. A passagem do município para área de segurança nacional, a chegada de grandes empresas na Amazônia e a chegada de bancos como o Bamerindus, vai influenciar na perda direta de influências das oligarquias locais (PEREIRA, 2013).

Contudo, a migração para o sul e sudeste do Pará, em virtude dessas políticas, não só superou as estimativas dos planejadores oficiais, mas antecedeu às suas próprias ações. Famílias de diferentes estados brasileiros passaram a chegar num ritmo muito mais rápido do que as ações do INCRA nessa parte do território amazônico. Diversos imóveis com títulos de aforamentos, reservados à exploração da castanha-do-pará, ou com projetos agropecuários destinados à criação de gado bovino, e diferentes áreas de terras devolutas que ainda existiam foram, paulatinamente, ocupadas por trabalhadores rurais migrantes. (PEREIRA, 2013, p.7).

As políticas de incentivos a migração trouxeram um contingente populacional acima do esperado, para a porção Sul e Sudeste do Pará, ultrapassando as ações de órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em virtude do ritmo migratório ser acima do que se esperava.

As pessoas contagiadas pela ideologia dos “espaços vazios” eram dos mais diferentes lugares: Maranhão, Minas Gerais, Ceará, Espírito Santo, Piauí e Bahia, na sua grande maioria pequenos lavradores que logo se tornaram incomodo para o latifúndio ou grandes empresas agropecuárias que também foram atraídas para Amazônia; igualmente, percebe-se também, em minoria, a chegada de homens e grupos extasiados pela ideologia da facilidade de saciar sua vontade por terra própria e tendo a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, como sendo o início da entrada de fazendeiros e grileiros na região (Hébette, 2004).

Hoje poderemos compreender que a expansão da fronteira em direção a Amazônia na década de 70 estaria destinada a ter mais uma vez o papel principalmente ideológico, pois à

medida que as empresas e os imigrantes adentravam no território Amazônico, os conflitos pela posse da terra aumentavam e se prolongavam, transformando a região em um verdadeiro campo de batalha.

Os conflitos pela posse da terra no município de Marabá só irão ganhar mais evidência a partir da década de 70, logo pode se perceber manifestações de violência marcadas por pistolagens. A maioria dos conflitos acontecia entre os donos dos castanhais e os posseiros (EMMI, 1996).

Da mesma forma podemos perceber essa violência quando Assis (2007) se refere a cidade de Marabá, ocupando hoje a posição de centralidade no que tange a porção sudeste do estado do Pará.

Marabá era uma cidade que, para muitos, despertava um sentimento de medo. Conhecida nacional e internacionalmente pelos inúmeros casos de violência contra trabalhadores rurais, massacres e pela impunidade, se tornou um polo de atração para defensores dos direitos humanos, pesquisadores e militantes das causas sociais (ASSIS, 2007, p.4).

A cidade de Marabá era conhecida Brasil a fora pelos casos de pistolagem que eram frequentes nesse período, casos de assassinatos de trabalhadores rurais aconteciam sem respostas por parte dos órgãos policiais e do judiciário, favorecendo a organização de militâncias que reivindicavam a investigação das mortes, bem como a punição dos mandantes e dos executores.

Muitos são os fatores que podem justificar os problemas agrários na Amazônia, porém a apropriação desigual das terras na região se torna um dos elementos mais importante sem se tratando dos conflitos existentes. O fato de que a região amazônica ao longo de anos ter sido vítima de uma visão externa e homogeneizadora que a ver apenas como natureza, como floresta, como atrasada na qual populações originárias e tradicionais ficaram fora das decisões, não permitindo um diálogo com a diversidade da região, os conflitos foram reflexos dessa ação, no entanto, podemos inferir com toda certeza que há muita terra para pouquíssimos latifundiários (GONÇALVES, 2001).

Com o término da ditadura militar no Brasil, foi possível pensar novos espaços de organizações onde a abertura democrática favoreceu o debate ideológico além dos sindicatos de trabalhadores rurais, se percebe outros movimentos sócias como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), entre outros.

Vale ressaltar que a luta pela terra e a exigência por reforma agrária no território brasileiro não é nova e não se inicia apenas com a construção do MST, embora as investidas desse movimento tenha proporcionado a criação de inúmeros assentamentos de trabalhadores

rurais espalhados por todas as regiões. Não podemos esquecer a fundamental atuação dos movimentos organizados por posseiros. Vale ressaltar que resistência por parte desses sujeitos no sudeste paraense vem de encontro a estrutura fundiária brasileira que historicamente tem privilegiado o agronegócio e negado os pequenos camponeses.

A resistência dos posseiros na Amazônia, por intermédio dos sindicatos de trabalhadores rurais e as ocupações de terra em diversas regiões do país, incluindo o Sul e o Nordeste, contribuíram para recolocar na agenda pública a reforma agrária, que havia sido sufocada com o golpe militar de 1964 (FERNANDES, 2010 p.164).

Para Wamberg et al (2010) O papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização criada em 1975, foi fundamental no que tange a luta pela terra e a defesa dos direitos dos camponeses, sua dedicação tornou-se incansável e as assistências prestadas por essa organização aos posseiros não se restringia apenas ao apoio espiritual, pois, também fornecia assessoria jurídica e distribuição de alimentos.

O movimento dos posseiros no estado do Pará teve como palco principal a porção Sudeste do estado, isso se deu em decorrência do grande fluxo migratório que essa região recebeu devido aos incentivos promovidos pelo governo federal. Vale enfatizar que o movimento organizado em Conceição do Araguaia foi o que mais obteve êxito em suas investidas, por outro lado, na área do município de Marabá, ao norte, o conflito foi bastante duro, porém as conquistas foram lentas, devido a existência de uma oligarquia consolidada que vivia em torno do extrativismo da castanha (EMMI, 1985 apud WAMBERG, 2010).

Diversas ações desses movimentos de trabalhadores são notadas na região amazônica e em outras regiões brasileiras, logo, podemos constatar que a forma acampamento tem possibilitado uma visibilidade nunca vista antes para esses movimentos sócias do campo, ao mesmo tempo tem proporcionado conquistas significativas principalmente no que se refere ao acesso à terra de trabalho. Porém, nota-se que por parte das organizações midiáticas existe a intenção de criminalizar esses movimentos que lutam pela terra.

1.3 Territorialização do MST no Brasil

O MST é um movimento social que recorrentemente está na mídia, basicamente em função de suas ações no que se refere a luta pela terra no campo brasileiro. De forma geral, os movimentos sociais são caracterizados por ser um grupo social com ideologia, projeto político, uma pauta ou reivindicação específica e uma estrutura organizacional. O MST traz como pauta principal a luta pela reforma agrária, embora suas ações sejam de certa forma criminalizada por grande parte da mídia e da sociedade civil. Vale ressaltar que o MST enquanto movimento

social organizado usa ao seu favor a prerrogativa constitucional da função social da propriedade, presente na então constituição de 1988.

De acordo com a constituição brasileira fica da seguinte forma:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XXII - é garantido o direito de propriedade;
XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Dessa forma, os proprietários que não se enquadrarem no artigo quinto da constituição federal de 1988, será aplicado o artigo 184. Que diz o seguinte:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Podemos perceber de forma clara que o Art. 5º da constituição federal de 1988 contemplado em seus incisos XXII e XXIII, respectivamente, o direito à propriedade e a propriedade deverá atender a sua função social. É nessa lógica que as ações promovidas pelo MST ganham o respaldo jurídico, pois as ocupações de terras são direcionadas as propriedades que não cumprem sua função social.

Para Fernandes (2010), o surgimento do MST está pautado no contexto de decomposição da ditadura militar e um anseio nacional por abertura política, nesse sentido o movimento encontra nas ocupações de terra e nas conquistas de assentamentos rurais a forma de se territorializar, sendo que esses territórios conquistados pelo MST configuram-se como espaços onde o campesinato ganha força e a luta pela terra acontece, contudo, a territorialização é de fato um processo constante na história do movimento.

No entanto, para Carter *et al* (2010), o crescimento e o fortalecimento do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, segue a conjunção de quatro fatores que devem ser analisados para se obter uma melhor compreensão, nesse sentido fica da seguinte forma:

- 1.Regime democrático, com liberdades de expressão e associação e eleições competitivas;
- 2.Modelo de desenvolvimento rural excludente, marcado pela força econômica e política dos grandes proprietários de terra e os conglomerados econômicos voltados para o agronegócio;
- 3.Sociedade de extremas desigualdades sociais, caracterizada pela marginalização de uma ampla camada da população, que subsiste no desemprego e no trabalho precário;
- 4.Uma luta camponesa sustentada no ativismo público, combinando diversas formas de pressão social e a disposição de negociar com as autoridades governamentais. (CARTER *et al*, 2010, p.288).

O período de redemocratização que nosso país vivenciou em meados da década de 80, favoreceram o surgimento de diversos movimentos sócias, entre eles o MST, que se opõe ao

modelo de desenvolvimento que favorece os grandes latifúndios. Sendo assim o ativismo público permitiu que movimentos sociais conseguissem negociar com autoridades governamentais.

Segundo Fernandes (2010), a luta pela terra no Brasil conseguiu avançar independentemente à existência ou não de um plano de reforma, a qual é uma política pública de competência do Estado. Para Fernandes (2000) apud Assis (2007) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve seu marco inicial de formação o ano de 1979, momento esse em que houve a ocupação da gleba Macali no município de Ronda Alta na região sul do país. Em seguida foram observadas outras ocupações em estados como: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Sujeitos como posseiros, arrendatários e outros camponeses protagonizaram ocupações de terras e lutas de resistências em diversas parte do território brasileiro, para isso acontecer, o movimento aderiu como tática, a mobilização em escala nacional.

Diante da problemática em que a “reforma agrária conservadora”, que Carter *et al* (2010, p.290), “define por ser de caráter reativo antes que proativo; restrito no seu alcance em vez de empenhado em forjar uma mudança social”, o MST e seus aliados defendem a reforma agrária progressista que seria a extinção dos latifúndios, democratização do acesso à terra, rompimento do modelo agrícola que sede privilégios aos grupos multinacionais em detrimento dos pequenos produtores (CARTER *et al*, 2010).

Em oposição a “reforma agraria conservadora” os movimentos sociais, do campo não vem outra saída, a não ser lutar com toda suas forças por uma reforma agrária que de fato venha combater os grandes latifundiários.

O MST enquanto movimento que luta pela reforma agrária vem resgatar a luta pela terra no pós-ditadura militar e com isso se territorializando no Brasil. Nesse sentido, o processo de territorialização do MST, para Fernandes (2010), pode se diferenciar pelo menos em quatro momentos de formação, ficando assim:

O primeiro período é a gestação do MST (1979-1984). Esse período, que precede a fundação oficial do Movimento, é fundamental para compreender as bases de seu processo de formação. O segundo período é o de consolidação (1985-1989), que se caracteriza pela ampliação das ações do movimento em escala nacional, por meio de seu estabelecimento em todas as regiões do país e a configuração de sua estrutura organizativa. O terceiro período é de institucionalização (1990 até o presente). Nesse tempo, o MST se torna o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária e é reconhecido internacionalmente. A revisão dessas três fases permite analisar com maior detalhe a dinâmica da luta pela terra e a estrutura organizativa do MST. O quarto momento na formação do MST inclui o processo de mundialização dos movimentos camponeses, com a criação e o fortalecimento da Via Campesina (FERNANDES, 2010, p. 163).

Outra organização que durante a ditadura militar ganhou força foi a CPT (comissão pastoral da terra), desempenhando papel fundamental no que tange a luta pela terra e a defesa dos camponeses. Foi capaz de promover mobilizações importantes, ajudou a articular as pessoas engajadas na luta pela terra, de modo a superar seu isolamento.

Em julho de 1982, a CPT convocou o primeiro encontro de camponeses e agentes de pastoral, no município de Medianeira (PR), para discutir o crescimento da mobilização pela reforma agrária. No ano de 1993 foi criada a Lei n.8629, a fim de regulamentar a desapropriação de terras. No entanto, mesmo com a existência dessa nova lei, a bancada ruralista formada por empresários do agronegócio, ainda conseguem impedir a desapropriação de terras, arrolando os processos desapropriatórios, conseguindo até mesmo reverter situações em processos já assinados pelo presidente da República. Esse fato fez com que o MST se territorializasse em todos os estados das regiões Sudeste e Nordeste do país, além de Centro-Oeste e Região Amazônica (Fernandes, 2010).

Fernandes (2010) destaca que embora as lutas travadas no campo, em diferentes partes do território nacional, tenham colocado a reforma agrária nas pautas do governo, ainda é notável a incompetência do Estado em realizar uma reforma agrária que de fato venha proporcionar a desconcentração fundiária, com isso nota-se uma postura reativa por parte do governo. No mesmo sentido, Carter *et al* (2010), acredita que a dita “reforma agrária conservadora”, vem com a intenção de apaziguar os conflitos rurais, onde a mesma deveria fortalecer a agricultura camponesa.

Para Carter *et al* (2010), a reforma agrária conservadora apresenta cinco características importantes que devem ser analisadas:

Repartição de terras sob pressão social, processos administrativos lentos e complicados, violações frequentes de direitos humanos com ampla impunidade, distribuição residual de terras, e escasso apoio aos assentamentos – persistiram ao longo de todos os governos federais estabelecidos entre 1985 e 2006 (CARTER et al, 2010 p. 296)

Ao fazer uma análise levando em consideração os cinco presidentes que foram eleitos após o regime ditatorial, podemos perceber segundo Carter *et al* (2010), que do presidente Jose Sarney passando por Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso até chegar em Luiz Inácio Lula da Silva, todos sem exceção, deram continuidade a dita reforma agrária conservadora que já era praticada desde os governos militares. No entanto, o governo do presidente Lula, pode se dizer que foi menos conservador, pois foi capaz de ter um diálogo mais aberto com as lideranças dos movimentos sócias que lutam pela terra, também foi notório as ajudas financeiras por meio de políticas públicas como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que proporcionou credito para os

pequenos agricultores recém assentados, o qual embora tenha sido criada no período do FHC, por pressão dos movimentos sociais, foi ampliado por Lula.

A reforma agrária conservadora induziu os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária se organizarem e lutarem por seus ideais e por uma reforma agrária que de fato possa favorecer a luta dos camponeses, entre esses movimentos, o MST tem se destacado ao se territorializar em diferentes regiões do Brasil, promovendo ocupações e com isso travando lutas no campo brasileiro,

Fernandes (2010), destaca que a chegada inicial do MST à região amazônica se deu no estado de Rondônia, a partir de 1985, embora as primeiras tentativas de ocupação de terra não tenham sido bem-sucedidas. O verdadeiro nascimento do MST nesse estado se deu com a ocupação da fazenda Seringal, no município Espigão do Oeste, em 1989. As lideranças do então novo movimento disposto a travar a luta pela terra a nível nacional, busca forças bebendo em fontes de movimentos como: ligas camponesas e ULTAB (União dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil) todos extintos no período ditatorial instaurado no Brasil. A proposta da criação de um movimento a nível nacional surgiu com a necessidade de se ter força suficiente para enfrentar forças adversárias.

A medida que os anos passavam, nota-se que o novo movimento mostra seu grau de organização e sua capacidade de territorialização diante da hegemonia do capital oriundo das atividades do agronegócio. Para Fernandes (2010), em apenas um período de 5 anos, que vai de 1985 a 1989, o MST foi capaz de se fazer presente em todas as regiões brasileiras.

O processo de territorialização do MST contou com o apoio de diversas entidades. A CPT foi sem dúvida a principal articulação externa na formação e na expansão do MST, por meio de seus agentes da Pastoral e dos bispos católicos ligados a essa organização ecumênica. Além da CPT, diversos sindicatos de trabalhadores rurais, algumas igrejas protestantes e entidades progressistas, como a CUT, o PT, grupos de direitos humanos e centros estudantis, apoiaram a construção nacional do MST. De sua parte, o Movimento deslocou dezenas de militantes de outros estados, muitos da região Sul, para ajudar a organizar as ocupações de terra, difundir suas táticas de luta e impulsionar a territorialização do MST pelo Brasil (FERNANDES, 2010 p.169).

Porém, para Fernandes (2010), o estado tem tratado a reforma agrária apenas com políticas conjunturais e sempre a partir da mobilização dos movimentos camponeses, isso acontece devido grande influência política e econômica exercida pelos ruralistas. A consequência dessa influência tem significado um obstáculo para a luta camponesa, pois faz com que a reforma agrária caminhe em passos curtos.

A região amazônica mostra claramente a indefinição fundiária e a atuação tendenciosa do estado. Essa combinação junto com imensidão da floresta traz como consequência a falta de fiscalização dos títulos de terra. Quando diminuimos a escala e entramos no sudeste paraense,

fica evidente os enormes latifúndios que movimentam a “indústria” do gado, que em sua grande maioria foram adquiridos a custo de muitas mortes, violência e grilagem de terra.

O MST enquanto movimento organizado que luta pela reforma agrária, chega na fronteira da Amazônia apresentando um padrão de organização diferenciado em relação aos movimentos de posseiros já existentes na região, *“O MST também trouxe a própria metodologia, fundamentada em uma rígida organização, forte disciplina e grandes mobilizações de protesto”* (WAMBERG 2010, p. 257 grifo nosso).

Por outro lado, os posseiros da região tinham como principais aliados os STRs e o apoio da igreja católica. Diante de uma região que assistia a décadas, batalhas pela posse da terra entre posseiros, grileiros grandes e latifundiários. O movimento já chega na fronteira da Amazônia causando grande impacto, vale ressaltar que “em nenhum outro local o movimento pré-existente pela terra foi tão intenso do que na região da fronteira amazônica, onde posseiros vinham, durante anos, se envolvendo em batalhas de vida ou morte pelo acesso à terra contra abastados proprietários rurais e grileiros” (WAMBERG,2010, p.257).

1.4 MST no Sudeste do Pará

Para Assis (2007), o que influenciou a entrada do MST no estado do Pará, foi a existência de um grande número de latifúndios na porção compreendida como sendo sul e sudeste do Pará, e o fato de “Conceição do Araguaia ter sido palco de muita violência e de resistência dos posseiros” (ASSIS, 2007 p. 121).

“Com a constituição de uma coordenação estadual e da secretaria executiva iniciou-se o processo de identificação e formação da militância local” (ASSIS,2007 p. 122). A Militância começa a chegar de estados como: Goiás, Maranhão e São Paulo com o objetivo de fazer o cadastramento de famílias que tivessem interesse em fazer parte do movimento, outro trabalho que foi realizado, foi a identificação de latifúndios propícios a desapropriação (ASSIS, 2010).

Segundo Wamberg (2010), nos primeiros anos do MST no Pará houve, por parte de suas lideranças nacionais, um certo temor em fazer suas investidas na região. Isso se dá pela forte tradição do movimento posseiro nesse estado. As dificuldades ficam nítidas quando observamos os números, sendo que após 20 anos de sua chegada nessa porção do país, sendo responsável apenas por menos de 15% das ocupações de terra, e os números ainda pioram se tratando de assentamentos da reforma agrária onde a representação fica em menos de 10% por parte do MST.

O movimento posseiro que já atuava aqui na região, apresentava características diferentes quando comparadas com as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

A diferença começava já com o trabalho de base e se estendia aos acampamentos e às ocupações. No trabalho de base, a reflexão sobre a questão da terra era feita junto com uma análise mais global da evolução da sociedade. Nos acampamentos, a dinâmica rígida de estudos e compartilhamento de atividades promovia a iniciação e a socialização das atividades cooperativas. Nas ocupações, eram iniciadas as ações visando a organização da produção, com ênfase para processos coletivos, a estruturação do assentamento e a formação da militância. No momento pós-ocupação, os grupos de produção já começavam a discutir formas de apoio para a produção, discutia-se com as prefeituras a implantação das escolas de ensino fundamental e buscava-se apoio para a questão da saúde (FERNANDES, 2000 apud ASSIS, 2007 p. 126).

As ações realizadas pelo MST e por posseiros no município de Conceição do Araguaia no que tange as ocupações de terras e do prédio do INCRA naquela cidade, não foram suficientes para trazer visibilidade para ambos movimentos, Isso permitiu que o MST revesse suas estratégias de resistência no estado do Pará e a falta de sucesso nas primeiras investidas foi compreendido como consequência do “ relativo isolamento de Conceição do Araguaia (não havia na cidade nenhum jornal de circulação regional)” (ASSIS, 2007, p. 123).

A Transferência da secretaria estadual do MST, que antes era em Conceição do Araguaia, para a cidade de Marabá, para Wamberg (2010), proporcionou para o movimento mais visibilidade, pois Marabá além de ser um centro econômico na região Sudeste do Pará, apresentava uma população em crescimento. Dessa forma, a chance de o movimento ocasionar impacto político seria maior. A primeira ocupação na região de Marabá foi a da fazenda Ponta de Pedras no município de São Joao do Araguaia, causando grande repercussão, visto que mobilizou as policiais federais e militar da região para evitar que o MST consumasse a ocupação (ASSIS, 2007). No entanto, meses depois da primeira investida, a ocupação da fazenda Rio branco significou o grande marco do MST paraense, pois essa foi a primeira de muitas vitórias nessa região (WAMBERG, 2010).

Para Assis (2007), o MST chega no Pará com experiência no uso dos meios de comunicação, tratando-se da divulgação de suas ações, logo, “forçou as entidades sindicais a assumir uma postura diferente. Apesar dos riscos, a exposição à mídia ajudava a legitimar as ações das entidades de representação” (ASSIS, 2007 p. 127).

Segundo Wamberg (2010), o MST foi capaz de colocar em pratica um novo repertorio de estratégias que envolvia novas táticas de organização. Nesse sentido, podemos dizer que o MST pressionou as autoridades ao chamar atenção tanto da opinião pública quanto dos aparatos midiáticos.

A chegada do MST na região sudeste do Pará provoca mudança na forma de se fazer ocupação, que era feita de maneira clandestina pelos posseiros, já o MST desenvolvia ocupações em forma de acampamentos na beira das estradas com a presença de homens, mulheres, crianças e animais domésticos. Logo, o acionamento da mídia acontece e a ocupação começa a ganhar repercussão.

Podemos observar que as características de ocupação do MST são diferentes se comparados com os posseiros que viviam nessa porção do estado do Pará, sendo assim:

As propriedades almeçadas para ocupação pelo MST eram diferentes. Enquanto as ações dos posseiros, em geral, visavam às terras relativamente marginais, o MST se concentrava de forma mais ousada em fazendas mais valorizadas, localizadas perto de áreas urbanas e que, muitas vezes, possuíam boa infraestrutura. Em alguns casos, o MST sabia que as propriedades almeçadas eram produtivas de acordo com os baixos padrões do INCRA, mas o Movimento buscava desgastar tanto o proprietário rural quanto as autoridades para forçar o governo a comprar a propriedade. Isso levou a elite agrária da região a encarar o MST como a maior ameaça aos seus interesses (WAMBERG, 2010, p.270).

Os conflitos agrários pela posse da terra no sudeste paraense, tornam-se o reflexo da estrutura fundiária que essa porção do estado do Pará está submetida a décadas. É fato que as ações promovidas pelo MST na região sul e sudeste do Pará trouxeram grandes avanços no que tange a luta pela terra, isso fica bem visível nos diversos projetos de assentamentos espalhados pelo estado, suas conquistas proporcionaram grande visibilidade no que se refere a luta por reforma agrária.

Quadro 1 - Principais conflitos no Sudeste do Pará 2017

Município	Acampamento/fazenda
Canaã dos Carajás	Serra Dourada
Canaã dos Carajás	Grotão do Mutum
Canaã dos Carajás	Luís Inácio Lula da Silva
Curionópolis/Eldorado dos Carajás	17 de abril
Curionópolis / Eldorado dos Carajás	Fazenda Serra Norte/ Surubim
Curionópolis	Frei Henri Roisiers
Curionópolis/Eldorado dos Carajás/ Xinguara/Piçarra	Osni Venuto
Eldorado dos Carajás	Fazenda Fortaleza
Eldorado dos Carajás	Fazenda Pontal
Eldorado dos Carajás	Acamp.Maria Bonita
Marabá	Acamp. Helenira Resende
Marabá	Acamp. Boa Esperança
Marabá	Acamp. José Claudio e Maria
Marabá	Acamp. Hugo Chaves
Marabá	Ribeirinha Lago dos Macacos

São Felix do Xingu	Novo Oeste
Tucuruí	Acamp. João Canuto
Itupiranga	Fazenda Cristalina
Piçarra	Auto Bonito

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2017

A concentração fundiária que se faz presente do sudeste paraense, aliado a morosidade do estado em desapropriar as terras improdutivas permitiu que os conflitos fundiários aconteçam com frequência nessa porção do estado do Pará. Vale ressaltar que embora encontre obstáculos, o MST vem se territorializando ao longo de décadas na região, seja através dos acampamentos ou assentamentos.

CAPITULO 2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO

Para que houvesse um bom desenvolvimento da presente pesquisa, tornou-se necessário um debate teórico em torno da categoria geográfica território e de territorialização, os quais serão a base desse trabalho. A complexidade em entender o território ocorre especialmente porque cada ciência procura dar sua definição de território, a exemplo da ciência geográfica, das ciências sociais, ciência política, da antropologia, da economia, dentre outras. Nesse sentido, podemos dizer que apesar de ser um conceito central da geografia, o território exerce uma enorme tradição em outras áreas do conhecimento científico, embora cada área concentre seu enfoque em alguma perspectiva. (HAESBAERT, 2009).

Vale ressaltar que embutido no conceito de território, existem pelo menos duas correntes principais, a saber: uma mais materialista que defini o território como uma realidade existente de fato de caráter ontológico e outra mais idealista visando o mundo das ideias. Salientando-se aqui que há predominância da linha materialista, pois o elemento material torna-se forte quando se faz referência ao território. Dessa forma, podemos perceber a enorme polissemia que o conceito de território é capaz de abranger, seu entendimento necessita de um árduo exercício que necessariamente dever estar embasado pelos grandes teóricos que ao logo tempo foram capazes de dar suas contribuições.

A polissemia em torno desse conceito não acaba quando adentramos a geografia especificamente e torna-se bem visível no verbete do dicionário *Les mots de la geographie*, organizado por Roger Brunet e outros que, pelo menos seis definições aparecem para o território:

1. Malha de gestão do espaço, de apropriação ainda não plenamente realizada;
2. Espaço apropriado, com sentimento ou consciência de sua apropriação;
3. Noção ao mesmo tempo jurídica, social e cultural, e mesmo afetiva;
4. Caráter inato ou natural da territorialidade humana;
5. Sentido figurado, como sinônimo de espaço qualquer;
6. Distinção entre rede, linear, e território, “areal” (de área), o território sendo feito de lugares que são interligados (BRUNET apud HAESBAERT, 2009, p.39).

Na síntese de Haesbaert (1995;1997) e Haesbaert e Limonad (1999), foi possível perceber pelo menos três vertentes básicas referentes ao território, sendo que a primeira busca compreender o território dentro de uma visão política tendo como principal aliado as relações espaço e poder em geral; uma segunda perspectiva que traz uma visão cultural onde é priorizado uma visão simbólica e mais subjetiva da realidade e na terceira e última vertente básica tem como fator principal o econômico ou economicista, que busca a compreensão do território a

partir das relações econômicas, território como fonte de recursos ou incorporado no embate entre as classes sociais antagônicas.

Dentro de uma visão Pós-moderna, a amplitude que o território enquanto conceito pode exercer fica claramente nas explicações de Haesbaert (2009):

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no de debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2009 p37).

Por outro lado ao nos reportarmos a Ratzel, autor clássico da geografia, podemos observar que o termo território não apresenta status de uma categoria científica, com características próprias, pois, quando cita o território em seus textos, faz referência a um recorte político-espacial que é capaz de se confundir com solo, um fator de “coerência material do Estado”, dessa forma não desenvolveu ou explorou o conceito de território de forma individualizada, sendo assim, o entendimento do conceito sempre esteve atrelada às historicidades políticas e ideológicas (SOUZA, 2013).

Fernandes (2005) também dá sua contribuição no que tange ao conceito de território, nesse sentido, o autor traz para o debate as relações entre espaço e território como sendo vínculos indissociáveis:

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis (FERNANDES, 2005, p.28)

O território é compreendido como espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de relações de poder. Vale ressaltar que esse poder, na qual o autor se referiu anteriormente, é concedido pela receptividade.

Dessa forma para Fernandes (2005, p.27) “o território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades”.

Para Souza (2009), deve-se relacionar o território a ideia de “poder”, em outras palavras, o poder é exercido com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território. Com isso o autor destaca que:

Não há influência que seja exercida ou poder explícito que se concretize sem que seus limites espaciais, ainda que as vezes vagos, igualmente sejam menos, ou mais perceptíveis. Mesmo quando se exerce o poder a grandes distâncias, por meio de modernas tecnologias de comunicação e informação, o alvo ou destinatário jamais é um grupo social, “flutuando no ar”, mais sempre um grupo social conectado com o espaço. (Souza, 2013, p.87).

O poder não pode ser compreendido como se fosse uma coisa, o mesmo também não pode ser estocado, nem armazenado, muito menos ser mantido e reservado para momentos em que ocorra alguma emergência, no entanto, o mesmo só existe na sua efetivação (ARENDDT, 1983 apud HAESBAERT, 2009).

Para Souza (2013) o exercício do poder está relacionado à o desejo e também necessidade de defender ou conquistar territórios, acesso a recursos, riquezas. O mesmo não poderia desconsiderar a materialidade.

A territorialização e territorialidade, por seu turno, é a ação de construir territórios, ou seja, o exercício do poder sobre o espaço:

A territorialização ou desterritorialização é, sempre e em primeiro lugar, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço (espaço que, vou repetir, também é, simultaneamente, enquanto substrato material e lugar, uma referência e um condicionador das próprias práticas de poder (SOUZA, 2013, p.102).

Por outro lado, o território pode abranger dimensões que vão muito além do que o clássico da geografia tradicional Ratzel pode inferir.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), uma dimensão mais concreta, de caráter político e disciplinar e político e econômico, deveríamos acrescentar: apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT,1997 p.42).

Para Souza (2013), o território é fundamentalmente definido e delimitado por e a partir de relações de poder, sendo assim o mesmo é compreendido como sendo um instrumento de exercício de poder, porém existe a “coisificação”, quando o mesmo é empregado como sinônimo de “espaço geográfico”.

Não podemos negar as contribuições de algumas fontes para a virada teórico-conceitual do território, embora perceba que alguns autores deram suas contribuições de forma direta, outros de forma indireta:

Entre essas fontes contam-se desde trabalhos de antropólogos até reflexões filosóficas (como de Michel Foucault e as da dupla Gilles Deleuze e Felix Guattari). Nas décadas de 1980 e 1990, finalmente, o ambiente estava suficientemente maduro para algumas explicitações e as primeiras sínteses fossem tentadas no interior do próprio ambiente profissional da geografia, sendo o livro *Human Territoriality*, de Robert D. Sack

(SACK, 1986), a meu juízo o marco mais importante a esse respeito (SOUZA, 2013, p.95).

Embora de forma não muito consensual o conceito de territorialização torna-se tão amplo que permiti abordagens até mesmo no mundo animal. No entanto, devemos atentar para a relação direta que existe entre territorialização e desterritorialização, tornando-os quase que indissociáveis, sendo assim, para Haesbaert (2009, p.101) “Devemos antes de tudo pensar a territorialização e desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas”. Sendo assim, “desterritorialização é movimento pelo qual se abandona o território, é a operação de linha de fuga, e a reterritorialização é o movimento de construção do território” (DELEUZE E GUATTAI, 1997b p.224 apud HAESBAERT 2009 p.127). Já as territorializações para Haesbaert (2004, p. 235 apud 2007, p.13) são “frutos da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)

Outro debate interessante que gira em torno do conceito de território são os chamados territórios zona e territórios rede, onde estamos passando de uma sociedade onde a base de construção seria territórios zona, para uma sociedade onde os territórios rede tem dado maior suporte para entender o mundo atual.

A comunicação instantânea globalizada revoluciona a formação de territórios pela configuração de redes que podem mesmo prescindir de alguns de seus componentes materiais fundamentais, como os condutos ou, simplesmente dutos. Assim, com uma maior carga imaterial, ou, mais propriamente, combinada de forma muito mais complexa o material e o imaterial, as redes contemporâneas, enquanto componentes dos processos de territorialização (e não simplesmente de desterritorialização), configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica. (HAESBAERT, 2009, p.281).

Esse debate sobre territórios zona e territórios rede pode ser bem mais complexo do que imaginamos:

Assim, dentro da diversidade territorial do nosso tempo devemos levar em conta, em primeiro lugar, esta distinção crescente entre uma lógica territorial zonal e uma lógica territorial reticular. Elas se interpenetram, se mesclam, de tal modo que a efetiva hegemonia dos territórios-zona estatais que marcaram a grande colcha de retalhos política, pretensamente uniterritorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-territorial) do mundo moderno, vê-se obrigada, hoje, a conviver com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades, em geral na forma de territórios-rede, como é o caso da territorialidade do narcotráfico globalizado. (HAESBAERT, 2004, p.7)

Os territórios-rede, proporciona novos circuitos de poder, dando possibilidade para outras formas de poder que não sejam restritas ao poder na qual o estado exerce sobre o território.

No entanto, a presente pesquisa procura abordar temática que está relacionada diretamente com o que Haesbaert (2009), vem chamar de “aglomerados de exclusão”, onde essa expressão vem com a finalidade de traduzir a dimensão seja ela geográfica ou até mesmo de processos extremos no que se refere a exclusão social. Os aglomerados de exclusão também são capazes de expressar de forma bem sucinta as condições de “*desterritorialização*”, ou “*territorialização precária*”.

O termo “aglomerados de exclusão” serve tanto para definir “conjuntos, agrupamentos” em geral, de onde provem concepções como as de “aglomeração humano” ou “urbana”, quanto para significar “amontoamento”, um tipo de agrupamento em que os elementos estão “ajuntados confusamente”. Esta é, aproximadamente, a noção aqui proposta para aglomerados de exclusão, espécie de amontoados humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão (HASBAERT, 1997, p.148)

Os acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra organizados pelo MST, se aproximam do que Haesbart (2009), vem chamar de aglomerados de exclusão, pois, nos acampamentos podemos observar características importantes, tais como: a paisagem indica uma espécie de amontoados humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão.

Para Miranda (2017) as condições precárias dos territórios dos acampamentos não são definidas apenas pelas formas geográficas, pois, existe uma indefinição no que tange os limites das áreas que ocupam, “dependendo da localização existe uma debilidade no transporte das pessoas e de mercadorias”, favorecendo conflitos com fazendeiros que questionam a propriedade da área na qual o acampamento está localizado.

Para Haesbaert (2009) a territorialização é sobretudo enraizadora, dessa forma estará ligada mais as iniciativas de cunho político-culturais de apropriação e domínio, do que a dinâmica do capital, que além de favorecer o caráter econômico é desterritorializadora. Sendo assim, percebe-se nos acampamentos Frei Henri des Roziers e Helenira Resende, o enraizamento dos trabalhadores, fazendo com que os mesmos lutem para que a permanência nesses territórios seja conquistada de forma permanente.

CAPÍTULO 3 ACAMPAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA/ACAMPAMENTO: FREI HENRI DE ROZIERES E HELENIRA RESENDE

No Brasil, a ocupação tem se tornado uma importante forma de acesso à terra. Nas últimas décadas tem se observado que ocupar os latifúndios improdutivos tem sido a principal ação da luta pela terra. Por meio das ocupações, os sem-terra espacializam a luta, conquistando a terra, territorializando o MST em diferentes regiões do Brasil, sendo assim:

A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais (FERNANDES, 2001, p.1)

A presença ativa de militantes do MST e o envolvimento de dirigentes sindicais tem proporcionado uma série de ocupações em todas as regiões do território brasileiro, na área compreendida como sudeste paraense não está sendo diferente, "se socar debaixo da *lona* preta", como destaca Sigaud (2000), tem se tornado algo muito corriqueiro e fácil de ser observado as margens das rodovias que cortam a porção sudeste do estado do Pará, tendo em vista que as condições sociais que contribuíram para que essa forma de reivindicar a reforma agrária constituíssem e se multiplicassem.

No Sudeste paraense o aumento de acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra como forma de luta pela tão sonhada reforma agrária, como consequência a eclosão de conflitos nessa porção do estado tem se tornado algo corriqueiro, isso se dá principalmente em decorrência da estrutura fundiária presente nessa porção do estado do Pará, onde historicamente se presenciou o incentivo por parte do Estados à criação de grandes propriedades agropecuárias, os incentivos iam desde concessão de grades áreas até mesmo a isenção de impostos para o desenvolvimento de atividades produtivas nessa região. O reflexo das políticas do governo federal em favorecer os grandes latifúndios traz consigo uma série de conflitos em vários municípios do Pará. Por meio do quadro 1, a partir de dados do ano de 2017, podemos observar toda a problemática vivenciada nessa porção do estado.

Concordamos com Turatti (1999), pois o acampamento se torna uma etapa fundamental no que tange a luta pela terra. É a possibilidade de se ter um pedaço de terra para produzir, uma vez que nele se inicia um novo processo de construção de sociabilidade. A condição de *ser* sem-

terra traz consigo todo um estilo de vida coletiva que engendra solidariedade e conflito ao mesmo tempo.

Na luta pela terra, podemos dizer que a ocupação é uma comprovação que o diálogo não é impossível, com isso são tomadas algumas decisões para que se conquiste a terra. Dessa forma concordamos com Fernandes:

Ao ocupar a terra, os sem-terra vêm a público e iniciam as negociações, os encontros com todas as forças políticas. Ao ocupar espaços políticos, reivindicam seus direitos. Quando o governo criminaliza essas ações, corta o diálogo e passa dar ordens. Tenta destruir a luta pela terra sem fazer a reforma agrária. (FERNANDES, 2001, p.18)

O padrão dos acampamentos organizados pelo MST, apresenta algumas características marcantes no que se refere a posição geográfica, onde segundo Sigaud (2000) ao se referir aos acampamentos localizados nos antigos engenhos de açúcar no estado de Pernambuco, podemos observar o seguinte:

O MST, organizado em microrregiões e livre dos limites impostos por uma base municipal, tem maior margem de manobra geográfica. Seus militantes participam de ocupações em diferentes municípios. (SYGAUD, 2000 p.84).

No que se refere a formação do MST, os integrantes do movimento criaram distintas metodologias de luta, essas metodologias podem ser compreendidas como procedimentos de resistência desenvolvidos no cotidiano das trajetórias de luta. É fato que as ações são diferenciadas em todo o Brasil e essa espacialização da luta pela terra, os espaços de socialização política podem acontecer em momentos distintos, com maior ou menor intensidade. Dessa forma, os acampamentos são de diversos tipos: permanente ou determinado a um grupo de família. As formas de pressão que o movimento implementa são bem distintas, de acordo com a conjuntura política, bem como as negociações (FERNANDES, 2001).

Os fatores que levam as pessoas entrarem no MST e, conseqüentemente, a participarem de algum acampamento, tendo como exemplo a experiência pernambucana são os mais variados, dependendo das circunstâncias, as vezes o desemprego ou um momento crítico vivenciado pela família pode ser determinante para sua decisão em participar de algum acampamento. Entre as vantagens que o acampado pode usufruir podemos destacar entre outros, a proteção do grupo, o acesso a uma terra para lavoura de subsistência, a alimentação conseguida pelas lideranças e, sobretudo, uma perspectiva a possibilidade de no futuro poder desfrutar de uma vida bem melhor (SIGAUD, 2000).

Por outro lado, a vida em acampamento pode proporcionar algumas características que merecem atenção, onde Turatti (1999) destaca: algumas características podem ser observadas em um acampamento como transitoriedade, indefinição, a flexibilidade de ocupação de espaços

territoriais, a convivência de pessoas que não compartilham nenhum vínculo progressivo de memória. Em alguns acampamentos o ócio é interrompido apenas para a realização de algumas tarefas demandadas pela organização do MST, ou para algumas tarefas domésticas.

O êxito de alguns acampamentos organizados pelo MST, distribuídos pelo território brasileiro, de fato favoreceu a ocupação de outras áreas, logo, a territorialização do movimento fortaleceu a luta pela terra.

O processo de territorialização fortaleceu os movimentos porque possibilita a espacialização das experiências, que muito contribui para o avanço da luta em outros estados e regiões. Experiências espacializadas agilizam a organização porque os grupos de famílias trabalham desde as experiências vividas e avaliadas. Nesse sentido, o começo de uma luta tem como referências outras lutas e conquistas. Assim, ao consumarem suas conquistas, territorializando-se, terão suas lutas relatadas na espacialização do movimento. Dessa forma, vão construindo suas histórias, suas existências. (FERNADES, 2001, p.10).

Na sub-região do sudeste paraense tem ocorrido uma série de ocupações tendo como protagonistas o MST, FETRAF, CPT entre outros, que desde da década de 1990 tem incentivado a territorialização desses trabalhadores em acampamento em diferentes lugares, no entanto, esse fato teve como consequência conflitos severos pela posse da terra nessa porção do estado.

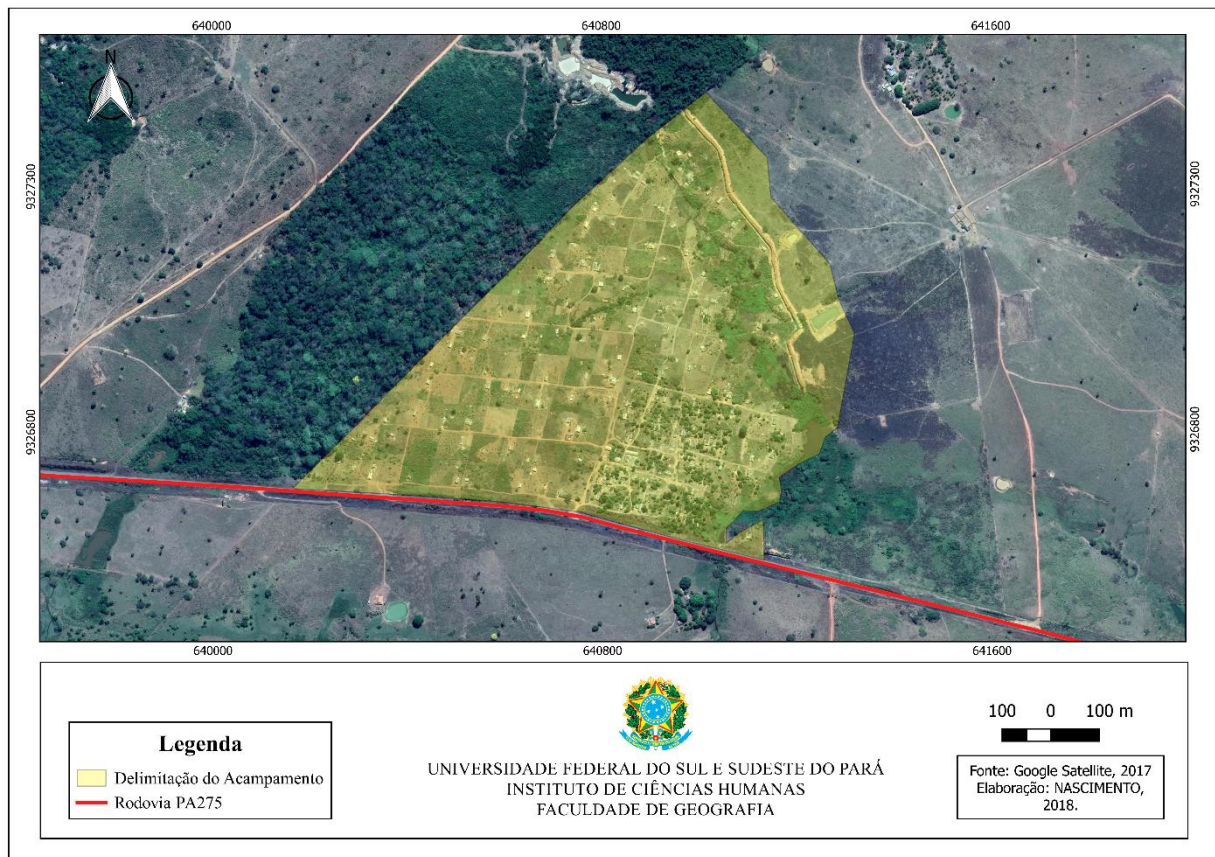
O conflito entre os integrantes MST e a Polícia Militar do Estado do Pará datado em abril do ano de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, mais precisamente na curva do “S”, tendo como resultado a morte de 19 trabalhadores rurais sem-terra, ocorreu na sub-região do sudeste paraense, região marcada historicamente por conflitos no campo, esse conflito obteve repercussão internacional.

3.1 Acampamento Frei Henri

Tem se observado nas últimas décadas um aumento significativo de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra. Nesse sentido, entendemos que os acampamentos Helenira Resende e Frei Henri, localizados nos municípios de Marabá e Curionópolis respectivamente, conseguem mostrar a importância da luta de trabalhadores rurais sem terra na porção sudeste paraense.

Em atividade desde 10 de agosto do ano de 2010, o acampamento Frei Henri está localizado na Fazenda Fazendinha na Rodovia PA 275, precisamente no Km 23, dentro dos limites territoriais do município de Curionópolis no sentido à cidade de Parauapebas (ver carta imagem 1).

Mapa 1 - Localização do Acampamento Frei Henri Des Roziers



O acampamento possui 121 famílias de trabalhadores rurais sem terra e aproximadamente 450 pessoas acampadas entre adultos e crianças, o mesmo se encontra em fase de “pré-assentamento”, pois já houve a delimitação da área em que cada família será assentada por meio de sorteio, logo, em poucos meses essas pessoas irão vivenciar um momento muito importante que será a transição de acampado para assentado.

Nesse local onde estamos era a Fazenda Fazendinha, as pessoas que se diziam proprietárias do local eram os senhores conhecidos como: Dom Baiano e Darlan Lopes. Quando fizemos a ocupação dessa área, foram momentos de muita tensão, mal conseguíamos dormir, pois, a qualquer momento poderíamos ser surpreendidos por ataques (Raimundo Ferreira, acampado do Frei Henri Des Roziers, 60 anos, entrevista concedida em 18 de jul de 2018)

O exemplo do que aconteceu no Acampamento Frei Henri Des Roziers é muito comum no Sudeste do Pará, onde extensas áreas ocupadas por fazendas durante décadas, não possuem títulos, correspondendo a áreas que pertencem à União, tornando-se vulneráveis as investidas de movimentos de trabalhadores rurais sem terra. Nas palavras do acampado acima podemos perceber nitidamente que no início da ocupação esses trabalhadores vivenciaram momentos difíceis.

A pesquisa de campo foi realizada nos dias 27 e 28 de janeiro e 18 de julho de 2018, onde durante o campo foi observado a estrutura e a organização do acampamento, levantamento fotográfico e entrevista semi-estruturada. Vale ressaltar que o acampamento Frei Henri é organizado pelo MST, assim como muitos outros acampamentos no Sudeste paraense.

Há uma grande placa as margens da rodovia PA 275 que pode ser vista mesmo de longe (ver foto 1). Está localizada bem na frente da entrada do Acampamento Frei Henri, dando o significado de que ali existe um território, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra.

Foto 1 - Entrada do Acampamento Frei Henri Des Roziars



Fonte: Emmanoel de Oliveira Nascimento, Curionópolis, 2018.

Ao chegar no acampamento Frei Henri foi possível perceber a bandeira do movimento responsável pela ocupação, a bandeira que representa “controle simbólico sobre o espaço onde vivem, sendo também, portanto, uma forma de apropriação” Haesbaert (1997, p.42).

Foto 2 - Acampamento Frei Henri Des Roziers



Fonte: Emmanoel de Oliveira Nascimento, Curionópolis, 2018.

A liderança do acampamento era um senhor distinto chamado de Raimundo Ferreira, mas gostava de ser chamado pelo apelido de “Neguinho”, o mesmo enfatizou que o acampamento estava passando por momento de transição para assentamento, ou melhor, se constituía um “pré-assentamento”. Uma semana antes da visita ao acampamento, o atual prefeito de Curionópolis, havia autorizado abertura de ruas para construção da vila residencial do futuro assentamento Frei Henri.

A escolha do local para formar o acampamento, segundo informações dos trabalhadores entrevistados, decorreu do fato da propriedade estar enquadrada como sendo terra da União, logo, a pessoa que se rotulava dono da propriedade não possui o título.

Como marca das ocupações realizadas pelo MST, a localização geográfica do acampamento também foi algo determinante para escolha do local, pois, favorece explicitamente o acesso rápido as cidades de Curionópolis e Parauapebas, locais que possivelmente poderão favorecer a venda de seus produtos excedentes.

Algo marcante na observação do acampamento, foi a existência de atividades produtivas desenvolvidas pelos trabalhadores, sendo assim, podemos perceber que, mesmo que a situação de acampado seja compreendida como sendo um momento transitório, esses sujeitos conseguem desenvolver diversas atividades no reduzido espaço do acampamento, proporcionando a reprodução econômica desses indivíduos, possibilitando a sua territorialização, ainda que em condições precárias.

Entre os fatores que permitem aos acampamentos de trabalhadores rurais sem – terra se tornarem uma saída para muitas pessoas, a partir das entrevistas semi-estruturadas realizadas no Frei Henri, a necessidade de lutar por um pedaço de terra, que está condicionada, em alguns casos, pela falta de emprego de carteira assinada e o alto custo de morar na cidade.

No acampamento Frei Henri diversas atividades são desenvolvidas, não apenas aquelas ligadas ao setor primário, mas igualmente identificamos estabelecimento comerciais com vendas de gêneros alimentícios e borracharias, oficinas de bicicleta e de automóveis (ver quadro 2).

Quadro 2 - Atividades desenvolvidas no acampamento Frei Henri

Atividades produtivas	
Agricultura	Arroz, feijão, pimenta, milho, mandioca, hortaliças
Criação de aves	Galinha, pato
Comércio	Comercio de gêneros alimentícios
Outros estabelecimentos	Borracharia, oficinas de Motocicleta e bicicleta

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Plantações de milho e mandioca (ver foto 3), são as mais comuns encontradas no acampamento em questão, sendo, segundo os acampados, o baixo custo para a produção a justificativa para ser os primeiros produtos a serem cultivados. É importante salientar que pelo fato do Frei Henri estar na fase de pré-assentamento, essas pessoas ainda não receberam incentivos do governo federal para realizar suas plantações.

Foto 3 - Acampamento Frei Henri, Plantação de Milho.



Fonte: Emmanoel de Oliveira Nascimento, Curionópolis, 2018.

Plantar tudo que for possível na área do acampamento é uma estratégia que os trabalhadores rurais utilizam, pois é a partir do plantio de alimentos que essas pessoas conquistam o reconhecimento que de fato são trabalhadores rurais em busca de terra para trabalhar e vão conseguindo se territorializar.

O acampamento por ser organizado pelo MST, utiliza como estratégias de luta: ocupações de áreas improdutivas e sem títulos, bloqueio de rodovias e estradas, ocupação de prédios públicos e a utilização dos espaços do acampamento para o desenvolvimento de atividades produtivas.

Vale ressaltar que as estratégias de resistência citadas acima permitem que a luta desses trabalhadores conquiste visibilidade, ao chamar atenção das autoridades e da sociedade de uma forma geral.

As estratégias de luta são um aprendizado do dia- a- dia, temos que ter clareza dos nossos objetivos e em muitos casos a causa é perdida por avançar o sinal antes da hora. Quem está à frente do movimento deve ter bastante cautela e coerência para não prejudicar as famílias. Não podemos agir pelo impulso. Quando sofremos ataques de jagunços, temos que ocupar a rodovia, no caso da PA 275, por dar acesso ao Projeto Grande Carajás da companhia Vale, logo, dá grande visibilidade, pois é muita gente passando (Raimundo Ferreira, acampado do Frei Henri, entrevista concedida, 27 de jan. 2018).

Percebe-se na fala acima, que as estratégias que os acampados do Frei Henri realizam devem ser com muito cuidado, a fim de não prejudicar as famílias. No decorrer de quase nove anos de existência, o acampamento já realizou inúmeras manifestações como forma de resistência. Podemos ver na manchete do jornal “O Carajás Jornal” do município de Parauapebas na matéria do dia 21 de agosto de 2017, o seguinte destaque:

Na tarde de sábado, 19, por volta das 15h, os acampados do acampamento Frei Henri, localizado na fazenda fazendinha, interditaram mais uma vez a PA 275, que liga os municípios de Curionópolis/Parauapebas. O Manifesto deixou a via com mais de 4km de carros, caminhões e motocicletas parados em ambas as partes. O manifesto ocorreu devido uma suposta reação violenta de latifundiários que se intitulam donos do acampamento. (ALVES, Jussara, 2017)

Através da luta dos trabalhadores rurais sem terra do acampamento Frei Henri e de suas estratégias de resistência, foi possível a conquista de uma escola de educação infantil para as crianças desse acampamento e a vinda de um ônibus da Prefeitura Municipal de Curionópolis para buscar os jovens que cursam o ensino fundamental e médio diariamente. Para se obter essa conquista foi necessária muita luta.

Tivemos que ocupar a Prefeitura de Curionópolis para essa conquista se concretizar, mais uma vez tivemos que ir à luta, tudo que conseguimos até hoje foi com muita luta, se ficarmos de braços cruzados o poder público esquece de nós (Raimundo Ferreira, acampado do Frei Henri, 60 anos, entrevista concedida 27 de jan. 2018).

Enquanto forma de territorialização, a construção da escola (ver foto 4) no acampamento foi de fato um grande avanço na luta desses trabalhadores, pois, permitiu que as crianças tivessem acesso à educação. Vale ressaltar que muitas dessas crianças nasceram no próprio acampamento e são testemunhas da luta de seus pais pela terra. Grande parte dos funcionários da escola do acampamento são acampados que desenvolvem trabalho voluntário.

Foto 4 - Acampamento Frei Henri, Anexo da Escola Domingos Martins



Fonte: Emmanoel de Oliveira Nascimento, Curionópolis, 2018.

Em relação a trajetória geográfica dos trabalhadores do acampamento Frei Henri, bem como os locais por onde passaram dificuldades e os movimentos que já participaram, foi possível constatar uma diversidade de locais por onde esses trabalhadores já migraram, e muitas dificuldades vividas por eles e seus familiares.

Sou natural do estado do Piauí, nasci na cidade de São José do Peixe, cheguei no estado do Pará ainda jovem, morei na cidade Marabá, Itupiranga e logo que surgiu o garimpo de Serra Pelada eu logo fui tentar a sorte. Fiquei incutido com garimpo, mais aí a Serra Pelada fechou, apenas sei assinar meu nome, nunca trabalhei de carteira assinada. Como sou pobre e homem do campo, de origem nordestina, achei que o caminho certo é o MST, estou aqui vendo resultado na nossa luta (Raimundo Ferreira, acampado do Frei Henri, 60 anos, 27 de jan. 2018).

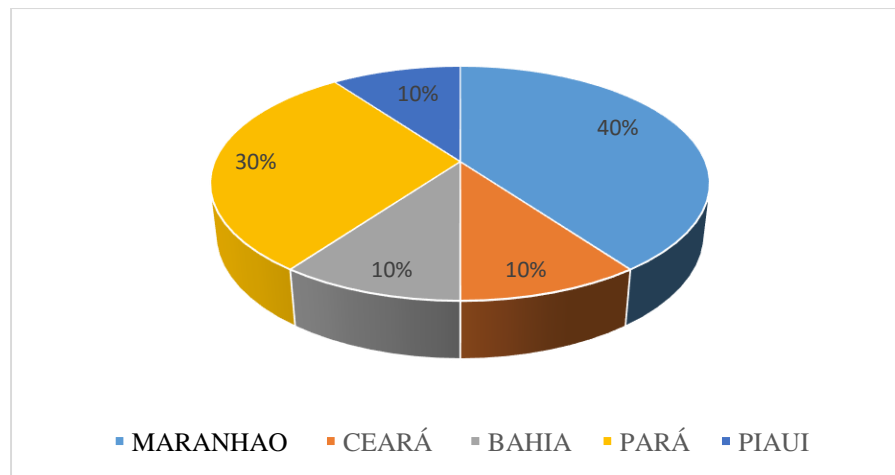
Nasci na cidade de Presidente Médici no estado do Maranhão, lá não tinha emprego, fiquei sabendo que aqui no Pará tinha bastante emprego, cheguei em Parauapebas com a intenção de trabalhar de carteira assinada, mas, tenho pouca qualificação apenas consegui trabalho de serviços gerais. Tenho um sonho de conseguir terra para trabalhar (Pedro Assis, 48 anos, acampado do Frei Henri, 27 de jan. 2018).

A trajetória do Seu Raimundo Ferreira e Pedro Assis é bem parecida com a dos demais entrevistados, pois se trata de pessoas das regiões Norte e Nordeste, que já moraram em

diferentes cidades e carregam consigo dificuldades por onde passaram, frustrações, falta de qualificação e o sonho de conseguir terra para trabalho. Trata-se de pessoas que foram desterritorializados e hoje estão se territorializando a partir do acampamento Frei Henri.

Com isso, 100% dos entrevistados são naturais de cidades pertencentes as regiões Norte e Nordeste do Brasil, vale ressaltar que essas regiões são marcadas por muitos problemas sociais, como fome, miséria etc.

Gráfico 1 - Origem dos trabalhadores do acampamento Frei Henri

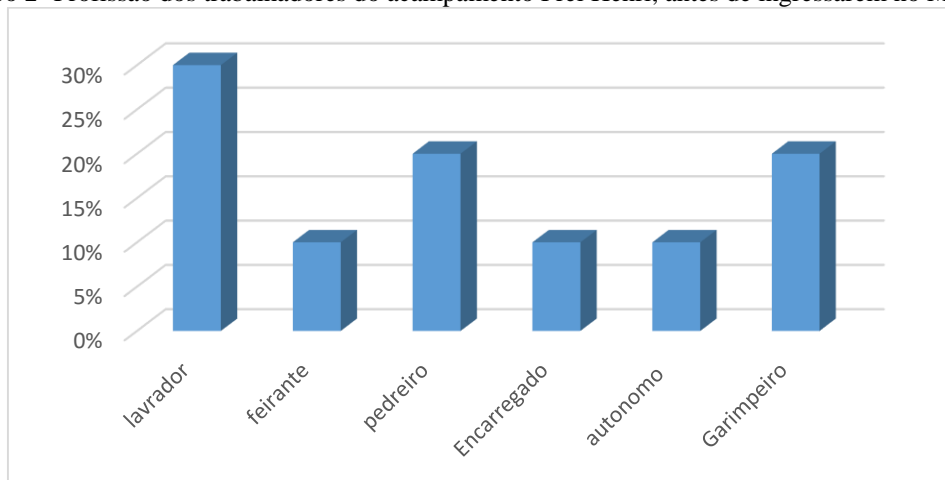


Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

No gráfico 01, que representa a origem dos trabalhadores do acampamento em questão, podemos observar a presença em massa de pessoas oriundas das Regiões Norte e Nordeste, tendo destaque para os estados do Maranhão com 40% e do estado do Pará com 30%, os demais estados do Ceará, Piauí e Bahia apenas com 10% cada, tendo em vista que foram realizadas 12 entrevistas.

A realidade do gráfico reflete muito bem a região Sudeste do estado do Pará, pois a migração nordestina para essa porção principalmente do estado do Maranhão, é algo muito comum. No que se refere as profissões que os trabalhadores entrevistados exerciam antes de ingressarem no MST, do acampamento Frei Henri, podemos perceber de acordo com o gráfico 02 que, a profissões de lavrador apresenta maior percentual sendo 30%, seguida pela garimpeiro e pedreiro com 20% e as demais com apenas 10%.

Gráfico 2- Profissão dos trabalhadores do acampamento Frei Henri, antes de ingressarem no MST.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

O que me fez tomar a decisão de entrar na luta por um pedaço de terra foi sem dúvida a possibilidade de conseguir terra para o sustento de minha família, pois sempre gostei de plantar. A terra significa tudo, sem a terra não somos nada (Pedro Assis, acampado do Frei Henri 48 anos, entrevista concedida pelo acampado, 27 de jan. 2018).

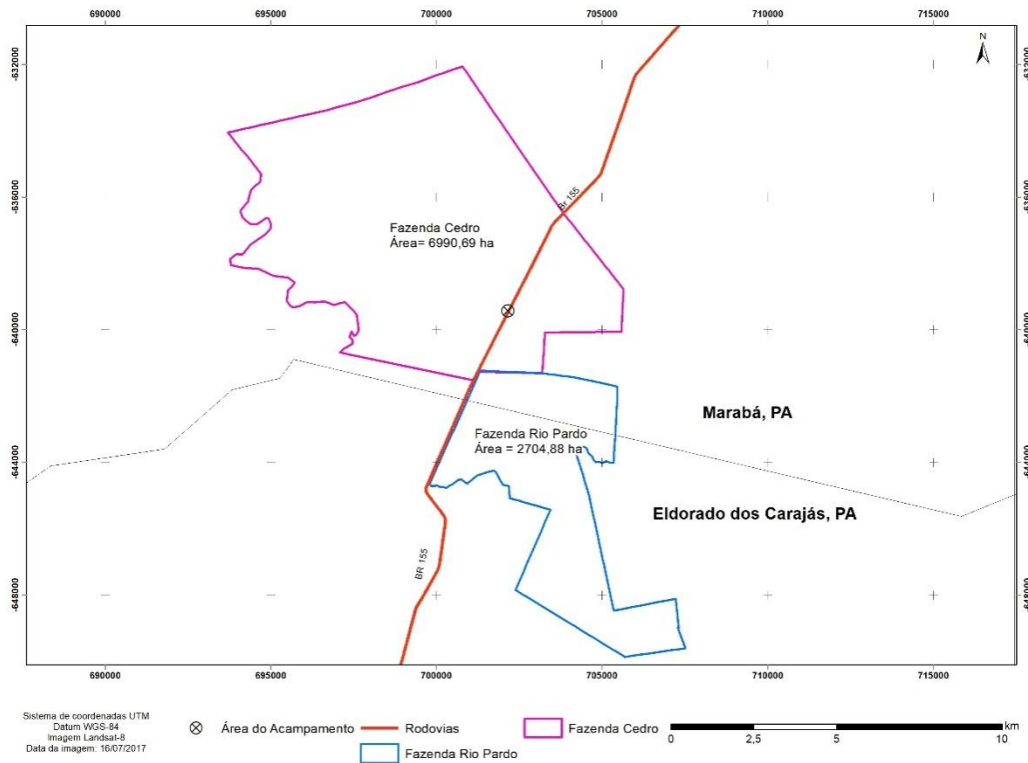
Os elementos socioeconômicos que impulsionam a entrada desses trabalhadores no MST através do acampamento Frei Henri, está relacionado a vários fatores, tais como: dificuldade financeira provocada pelo desemprego, fechamento do garimpo de Serra Pelada e a possibilidade da conquista de uma terra para plantar e garantir o sustento da família.

Para Sigaud (2000), a forma acampamento surgiu como possibilidade de acesso a uma terra para lavoura de subsistência, sobretudo a perspectiva de no futuro poder desfrutar de uma vida melhor.

3.2 Acampamento Helenira Resende

O acampamento Helenira Resende organizado pelo MST é símbolo da luta pela terra nessa porção do estado do Pará, localizado na BR 155, dentro dos limites territoriais do município de Marabá, no sentido Eldorado está em atividade desde 2009 no complexo Cedro onde a Agropecuária Santa Barbara se rotula como proprietária da área, vale ressaltar que durante esses quase dez anos de ocupação os trabalhadores desse acampamento já foram alvo de dois despejos.

Mapa 2 - Localização do Acampamento Helenira Resende



Fonte: Muniz (2017).

O acampamento Helenira Resende é marcado pela produção agrícola e ecológica. As famílias produzem cerca de 1,5 mil litros de leite por dia, além de possuir uma plantação de 10 mil pés de bananas e mais de 40 hectares de mandioca. As produções garantem a alimentação das famílias e também são comercializadas¹.

Os dados descritos acima na reportagem são do ano de 2017, nele podemos perceber que no acampamento Helenira Resende eram desenvolvidas várias atividades, demonstrando com isso a territorialização desses trabalhadores. No entanto, devido a onda de despejos que aconteceu no final de 2017, as famílias tiveram que abandonar tudo que tinham construído em quase uma década de ocupação. Isso mostra de forma escancarada o intenso processo de conflito territorial que vivencia esse acampamento e mostrando mais uma vez o descaso do Estado com esses trabalhadores.

No trabalho de campo realizado no dia 16 de junho de 2018, ficou bem claro que o acampamento Helenira Resende já tinha mudado de local. Nas palavras da jovem militante do MST, podemos observar que a luta para resistir com o acampamento não está sendo fácil, pois, já foram desterritorializados duas vezes no mesmo acampamento. Embora a vontade de ter um

¹SORIANO, Rafael. Site MST disponível <<http://www.mst.org.br/2017/11/27/familias-do-acampamento-helenira-rezende-resistem-a-acao-de-despejo>>. Acesso: em 20 de junho de 2018.

pedaço de terra seja grande, percebe-se a morosidade e a falta de respeito com esses trabalhadores.

Hoje somos 70 famílias e aproximadamente 210 pessoas aqui acampadas, não estamos tendo sossego, já foram dois despejos em menos de um ano, aqui nesse local estamos apenas a 12 dias, esperamos que o poder público tome logo uma atitude (Anônimo).

Foto 5 - Acampamento Helenira Resende



Fonte: Emmanoel de Oliveira Nascimento, Marabá, 2018.

A simplicidade dos barracos de lona e palha, mostram muito bem a forma na qual essas pessoas estão amontoadas, em meio a precariedade, insegurança, insalubridade. A forma na qual as pessoas estão vivendo no acampamento alvo da pesquisa, mostra o exemplo dos “*Aglomerados de Exclusão*”, definidos por Haesbaert (2009).

No que tange a trajetória geográfica dos trabalhadores do Acampamento Helenira Resende, foi possível constatar que essas pessoas passaram por muitas dificuldades, pelos locais por onde passaram. Ao chegarem no Sudeste paraense não foi diferente, também encontraram problemas para se fixarem territorialmente, especialmente por conta do desemprego, o que facilitou para que se lançassem na busca por uma possibilidade de conseguirem uma terra para trabalhar nos acampamentos organizados pelo MST e com isso, suprir o sustento dos familiares, conforme podemos perceber nas falas de dois acampados abaixo:

Sou natural do estado do Pará, nasci na cidade de São João do Araguaia, onde meus pais trabalhavam na roça, e com um certo tempo eles venderam a terra e viemos para Marabá. Já morei na cidade de Xinguara para estudar e já trabalhei em várias atividades como garçom e metalúrgico. Depois fui para Belém e retornei para Marabá no ano de 2000. Nesse período descobri que eu tinha vocação para mexer com terra e o sonho no coração de morar no campo. Fui convidado por um amigo a participar de uma ocupação de uma área próximo à Marabá, não sabia de que movimento se tratava, mais mesmo assim aceitei pela possibilidade da conquista do lote. Apenas depois que cheguei na ocupação

que descobri que o movimento que coordenava era o MST (Paulo Pereira da Silva, acampado do Helenira Resende, entrevista concedida em 30 de jun. 2018).

Sou filho de Marabá tenho 58 anos, já trabalhei como carvoeiro, em serraria e fazenda. Quando eu estava trabalhando na fazenda, no dia do pagamento, eu me dirigia até a sede da fazenda, era recebido pelo proprietário que dizia: “quem vem me cobrar se torna meu inimigo”, sai de lá com bastante medo. (Anônimo)²

A partir da entrevista do senhor Paulo Silva, torna-se possível entender que se trata de um trabalhador filho de lavradores que teve que migrar para a cidade. Na cidade desenvolveu outras atividades tais como, garçom e metalúrgico, porém, ainda assim sonha em conquistar terra para trabalho.

Tabela 1 - Origem dos trabalhadores do Acampamento Helenira Resende.

ORIGEM DOS TRABALHADORES	
PARÁ	8
MARANHÃO	2
TOCANTINS	2
TOTAL 12	

Fonte: Pesquisa de Campo 2018

A tabela 1 revela que a maioria dos entrevistados nos acampamentos provavelmente já compõem uma terceira ou quarta geração de imigrantes que provavelmente vieram com seus pais ou parentes na década de 1980/1990, e atualmente desenvolvem um movimento intra-regional (oito acampados informaram ser naturais do Pará), deslocando-se enquanto força de trabalho nos grandes projetos ou em busca de empregos informais na cidade ou no campo, levando-os ao processo constante de des-reterritorialização forçada, colocando em xeque a sua reprodução social em decorrência da degradação gradual dos seus corpos, muitas vezes colocados como a única via de resistência possível, por isso ocupam e constroem acampamentos. Outros dois acampados vieram do Maranhão e dois são oriundos do Tocantins, revelando a forte influência que o Sudeste paraense ainda hoje exerce sobre migrantes desses estados que igualmente buscam o direito de se territorializar.

A experiência de fazer parte do MST para muitos militantes é marcante, pois o movimento proporciona além da possibilidade de conseguir uma terra, conhecimento devido a formação política, articulações políticas, a forma coletiva de viver e alguns desses militantes

² Anônimo. Entrevista concedida por acampado, 18 jun. 2018

tem a possibilidade de fazer o curso de educação no campo, direito da terra, ambos pela UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará).

No que se refere a organização, o acampamento Helenira Resende está disposto da seguinte forma:

As famílias são distribuídas em núcleos de 10 famílias e dentro dessas 10 famílias, cada uma é distribuída em um setor. Entre esses setores temos o de segurança, disciplina, esporte e lazer, educação, saúde e produção. De dois em dois, respeitando o gênero, participam de um coletivo. Eu e outro somos da educação, outros da saúde. Essa coordenação se reuni e tira as definições e leva para o seu NB (Núcleos de Base), é socializado o que acontece na reunião geral e é colocado em discussão na NB. Se tiver 100% de aprovação, os pontos são amarrados, se não, são levados novamente para a coordenação para a discussão. A coletividade é algo marcante dentro do movimento (Paulo Pereira da Silva, acampado do Helenira Resende, entrevista concedida em 30 de jun. 2018)

A partir da organização do acampamento Helenira Resende de acordo com a entrevista do senhor Paulo Silva, nota-se o grau de organização na qual essas pessoas estão inseridas, vale ressaltar que a sociabilidade, coletividade e organização transforma o acampamento em um espaço de ação política. As demandas são decididas de forma coletiva.

No que se refere as estratégias de luta e resistência dos trabalhadores do acampamento Helenira Resende, foi possível perceber que são as mesmas dos trabalhadores do acampamento Frei Henri, sendo a ocupação de terras improdutivas e não tituladas, bloqueio de rodovias, ocupação de prédios públicos e isso ocorre devido ambos os acampamentos serem organizados pelo MST, dessa forma podemos perceber claramente no trecho da entrevista abaixo concedida pelo senhor Paulo Silva:

Muita luta mesmo, confronto, não tem jeito. O poder público nos trata com descaso, pois nesses nove anos de luta em vez das famílias estarem sendo assentadas, estão sendo despejadas. Ocupamos prédios públicos para chamar atenção das autoridades no que tange a reforma agrária nesse país e bloqueio de rodovias quando se trata de pauta nacional. Aproveitamos que estamos às margens de uma rodovia importante e a visibilidade e o impacto são diretos, pois, se trata de uma rodovia muito importante. Já ocupamos o prédio da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) em Marabá. Já ocupamos várias vezes o prédio do Incra em Marabá, já ficamos até 43 dias acampados (Paulo Pereira da Silva, acampado do Helenira Resende, entrevista concedida em 30 de jun. 2018)

As estratégias que esses trabalhadores desempenham a fim de se territorializarem, por meio do acampamento Helenira Resende, mostra claramente que medidas radicais tornam-se necessárias pois, o Estado não vem cumprido com a reforma agrária como deveria ser. As informações obtidas durante as entrevistas com os trabalhadores do acampamento Helenira Resende, no que se refere as suas estratégias de luta, vão de acordo com a matéria do “Jornal

Folha do Bico”, onde na matéria do dia 22 de novembro de 2017, trouxe como título: “MST mantém bloqueio na Rodovia BR-155 entre Marabá e Eldorado, no PA:

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) mantêm pelo segundo dia a interdição a BR-155 em frente à Fazenda Cedro, localizada entre Marabá e Eldorado do Carajás. O bloqueio foi iniciado na manhã de ontem, terça-feira (21), em protesto contra o cumprimento de diversos mandados de reintegrações de posse de áreas ocupadas na região, inclusive da própria Cedro, onde está localizado o acampamento Helenira Resende. (LUCIANA Marschall e Tina Santos/Correio de Carajás).

Os elementos socioeconômicos que impulsionam a migração desses trabalhadores para a sub-região sudeste do Pará e, conseqüentemente, a entrada no MST, e com isso dar início a luta por um pedaço de terra por meio do acampamento Helenira Resende, estão relacionados à muitos motivos, que podem ser: dificuldades em conseguir um emprego de carteira assinada na cidade, falta de qualificação profissional, alto custo em morar na cidade e, também, a possibilidade de conseguir uma terra para plantar e garantir para seus familiares uma melhor qualidade de vida.

Sempre gostei de trabalhar com terra, meus pais também eram lavradores, aprendi isso que ele, quando sai do Maranhão para tentar a vida aqui no Pará eu queria muito era morar em uma cidade e conseguir um emprego na Vale, porém, não foi possível, pois morar na cidade e principalmente em Parauapebas é caro, tudo é muito caro lá, aluguel, alimentação, energia, água. Na Vale não foi possível conseguir um emprego pois eles exigem pessoas que tenham no mínimo um curso técnico profissionalizante. (Informação Verbal)³

Partindo do pressuposto que a ocupação é a condição para a territorialização Fernandes (2000), a territorialização dos trabalhadores rurais sem-terra nos acampamentos Frei Henri e Helenira Resende, organizados pelo MST, tem acontecido à medida que surgem as necessidades (alimentação, educação, saúde, segurança). Nesse sentido, os trabalhadores têm se organizado para que essas necessidades sejam atendidas e o enraizamento desses trabalhadores aconteça. O processo de territorialização desses trabalhadores tem ocorrido nesses locais, mesmo em meio a precariedade e instabilidade relativa. Nesse sentido, “a territorialização desses trabalhadores não pode ser vista num sentido puramente instrumental, no sentido da realização dos interesses políticos econômicos dominantes” (HAESBAERT, 2000, p.201).

Lopes (2018), destaca que mesmo ainda na fase de acampamento, o Helenira Resende tem se configurado como um território, pois naquele espaço se percebe relações de poder, sejam elas simbólicas ou explícitas, pois, “toda uma vida pulsa naquele lugar, seja pelo corte da terra em lotes, ou pela criação da escola Roseli Nunes, temos no caso do Helenira Resende um acampamento historicamente consolidado” (LOPES, 2018 p.41)

³ Anônimo. **Entrevista concedida por acampado**, 18 jun. 2018

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso foi de fato um grande desafio, pois os acampamentos Helenira Resende e Frei Henri, além de estarem fora dos limites urbanos são locais em que o conflito é algo sempre esperado, seja com os fazendeiros que reivindicam a posse das terras ou através das forças coercitivas do Estado representados pelo judiciário e por seus órgãos policiais civis e militares.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vem atuando na porção Sudeste do Pará há mais de 30 anos, através da formação de um quadro de militância de pessoas para a organização de acampamentos em áreas improdutivas e sem títulos e com isso lutar contra a hegemonia do capital, pressionando para que a reforma agrária seja de fato realizada, com o acesso à terra por parte dos trabalhadores, bem como a permanência dos mesmos.

Os acampamentos Helenira Resende e Frei Henri Des Roziere, são exemplos da luta pela reforma agrária, através da organização esses trabalhadores têm conseguido visibilidade, bem como pressionar o poder público a realizar a reforma agrária e que venha garantir terra de sustento para essas pessoas.

A coletividade é algo marcante dentro dos acampamentos pesquisados, sendo bem visível a divisão de tarefas bem com a organização em núcleos de base e núcleos de famílias. As demandas são decididas através de assembleias realizadas pelo movimento onde os militantes tem direito a voto.

Outra característica percebida durante a pesquisa se refere a simplicidade que é bem visível nos barracos de lona e de palha dos acampamentos, tudo muito simples, não existe uma definição de cômodos, as pessoas estão de certa forma amontoadas em pequenos espaços, a precariedade nas moradias improvisadas, representando muito bem o que Haesbaert vem chamar de aglomerados de exclusão. Quando o movimento realiza uma ocupação, tudo se espera, coisas boas como a conquista da terra, mas também ataques das pessoas que reivindicam a propriedade, os despejos a mando do poder judiciário, sendo assim o acampamento torna-se um local de insegurança e incerteza.

As famílias se organizam e se deslocam para os acampamentos com o sonho de ter um pedaço de terra para plantar e com isso vivem com todas as más condições. Faltam muitas coisas em termos de moradia, saneamento básico, assistência médica, escolas mais adequadas, segurança, etc. A realidade é que nos acampamentos a experiência da escassez faz parte da vida das pessoas, no entanto, diante de toda a problemática vivenciada diariamente por esses trabalhadores, foi possível perceber o processo de territorialização e novas territorialidades

sendo construídas nesses locais, que são marcados por instabilidade, precariedade, insegurança, resistência e organização. Porém, o sonho em conquistar uma terra de trabalho e com isso proporcionar o sustento de suas famílias é o grande motivador para que a luta desses trabalhadores continue.

A grande pauta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é a luta pela reforma agrária, porém a luta pela dignidade, respeito e pela melhoria de suas vidas torna-se uma marca do movimento, que vem se territorializando por todos as regiões do território brasileiro. Para muitos trabalhadores o movimento toma também, o significado de resgate da cidadania e a possibilidade de conquistar um meio de sobrevivência em meio a todas as dificuldades que muitos tem vivido.

Os acampamentos em questão são formados em sua grande maioria por pessoas que exercem forte ligação com a terra, alguns filhos de lavradores, com pouco escolaridade, vidas marcadas por dificuldades, sonhos e naturais das regiões Norte e Nordeste, principalmente de estados como Maranhão e Pará. Vale ressaltar que esses territórios são marcados por graves problemas sociais como a fome, miséria, desemprego, concentração fundiária, violência e conflitos no campo. A disposição das pessoas em permanecerem nos acampamentos está sendo decisivo para a luta dos trabalhadores continuar, em meio as dificuldades de ser um acampado esperando a decisão judicial que poder ser favorável ou não.

As trajetórias geográficas dessas pessoas de certa forma se completam, pois, as dificuldades que já passaram pareciam se repetir, especialmente em cada entrevista realizada nos acampamentos.

A vida em um acampamento era para ser um momento rápido, pois quando se realiza uma ocupação, já se tem a informação de que a terra em questão se trata de uma terra improdutiva ou o possível dono não possui título de proprietário. Mas as experiências tanto do acampamento Frei Henri Des Roziers e também do Helenira Resende, mostraram que a transição de acampamento para assentamento pode durar até décadas. No caso do acampamento Frei Henri Des Roziers, percebe-se que já estão bem adiantados no que tange a transição para assentamento, ficando isso bem visível nas aberturas de ruas e na construção da escola. Já o Helenira Resende, devido a ocorrência de dois despejos em menos de um ano, fez com que o acampamento regredisse se tratando de estrutura.

Durante todo esse período no qual os trabalhadores encontram-se acampados, foi necessário que se colocasse em prática algumas estratégias de luta e resistência para que a permanência deles seja garantida. As estratégias de luta e resistência dos trabalhadores acampados do Frei Henri e Helenira Resende são parecidas, pois a partir das entrevistas semi-

estruturadas foi possível perceber as ocupações de terras improdutivas, os bloqueios de rodovias, ocupação de prédios públicos, todos esses são formas do movimento fazer-se ser visto e ouvido, tanto pela sociedade civil, quando pelo poder público.

O Bloqueio de rodovias no eixo compreendido entre os municípios de Marabá e Curionópolis é uma marca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O mesmo tem ganhado grande visibilidade e levado suas demandas para toda a sociedade. As ocupações das rodovias BR-155 e PA-275, tem proporcionado grandes avanços para a luta desses trabalhadores, já que elas podem durar horas, e com isso fazer com que um grande número de veículos e pessoas fiquem paradas. Durante o bloqueio das rodovias, os militantes do MST, justificam os motivos do bloqueio para todos que se fazem presente na rodovia, através disso as pessoas passam a conhecer as pautas de reivindicação do movimento. Mesmo assim observa-se que as opiniões ficam divididas entre os que concordam e os que discordam com o bloqueio.

A ocupação de prédios públicos também tem sido uma estratégia muito usada por ambos acampamentos pesquisados. A conquista das escolas que hoje funcionam dentro dos acampamentos foi resultado de muita pressão por parte dos acampados, que tiveram que ocupar as secretarias de educação dos municípios de Marabá e Curionópolis para que a construção das escolas se concretizassem, permitindo que as crianças, que hoje estão nos acampamentos, tenham acesso à educação e com isso possam sonhar com um futuro melhor. É importante frisar que a grande maioria das crianças que hoje estudam nas escolas dentro dos acampamentos, nasceram no período em que seus pais já estavam acampados, cresceram no próprio acampamento e de certa forma estão enraizadas no local.

Quando se realiza uma ocupação, logo é pensado a produção, pois é a partir da produção de alimentos nos acampamentos que irá se garantir a alimentação, a resistência e com isso mostrar para a sociedade que mesmo antes da legalização da área é possível plantar. Produção de alimentos dentro dos acampamentos tem permitido que os acampados consigam de alguma forma o sustento para seus familiares. No acampamento Frei Henri, existem algumas lavouras de milho, mandioca bem como algumas hortas espalhadas pela área do acampamento. O excedente da produção que é realizado no acampamento Frei Henri Des Roziere abastece as feiras livres dos municípios de Parauapebas, Curionópolis e Canaã dos Carajás, sendo levada pelos próprios acampados. Vale ressaltar que a produção de alimentos sem agrotóxicos é uma das marcas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sendo bastante aceito e elogiado pelos que consomem.

Os projetos minerais em atividade pela companhia Vale no sul e sudeste do Pará, não conseguem captar toda a mão-de-obra, que nas últimas três décadas tem se dirigido para essa região. Dessa forma criou-se um enorme contingente de desempregados no entorno dos projetos de exploração mineral.

A vinda para a região do sudeste do Pará, para muitos significava a possibilidade de uma vida melhor, a possibilidade de ter um emprego de carteira assinada, o enriquecimento com atividades minerais no garimpo de Serra Pelada, a fuga de uma região marcada pela seca e contrastes sociais, que o passar dos anos não tem sanado. Assim, os motivos que tem impulsionado a luta dessas pessoas e consequentemente a entrada no MST, estão relacionados a vários fatores, como a possibilidade de conseguir uma terra para trabalhar junto com sua família, que foi algo bem comum entre os trabalhadores dos acampamentos, tornando-se notável que a grande maioria desses sujeitos nunca trabalharam de carteira assinada e não possuem qualificações que o mercado de trabalho atualmente exige. Nesse sentido, acampar para essas pessoas significa manter vivo o sonho de um dia ter a terra para trabalho.

A moradia nos centros urbanos tem um alto preço, seja da energia elétrica, da água fornecida pelas companhias de saneamento, aluguel, bem como a própria dificuldade em conseguir emprego e custear as necessidades básicas. Sendo assim, a entrada no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a ocupação de uma terra, torna-se de fato uma saída diante das tantas dificuldades vivenciadas por essas pessoas nas cidades.

A construção de territórios e de novas territorialidades a partir dos acampamentos Helenira Resende e Frei Henri, torna-se perceptível nas relações de poder, presente no dia-a-dia daqueles trabalhadores, seja a partir de seus símbolos, cultura e identidade territorial desses trabalhadores com os respectivos locais. Vale ressaltar que o processo de territorialização nos acampamentos citados acima vem sendo forjados a quase dez anos, período marcado por ocupações, desterritorialização em meio a luta desses trabalhadores em resistir nos acampamentos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 2007. 91f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins. De posseiro a Sem-Terra: A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: (Org). **Combatendo a Desigualdade Social O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.p 287- 330

EMMI, Marília F. **Os Castanhais do Tocantins e a Indústria Extrativa no Pará até a década de 60**. Belém: UFPA/NAEA, 2002. P. 1-24. (Papers do NAEA, n. 166).

EMMI, Marília F.; MARIN, Rosa. E. A. **Crise e rearticulação das oligarquias no Pará**. Belém: UFPA/NAEA, 1996. p. 1-16. (Papers do NAEA, n. 104).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação e Territorialização do MST no Brasil**. In: CARTER, Miguel (Org). **Combatendo a Desigualdade Social O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.p 161-198

_____. **Ocupações como forma de acesso a terra**. Departamento de Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista – Unesp - Campus de Presidente Prudente - São Paulo – Brasil –2001. 19p

_____. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Movimentos Socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição Teórica Para uma Leitura Geográfica dos Movimentos Sociais**. **Revista Nera**. São Paulo, nº6, p. 24-34, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAESBAERT, Rogerio. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUF, 1997

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a Multiterritorialidade**. 4ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrade Brasil. 2009, 396 p.

HÉBETTE, Jean *et al.* **Cruzando uma zona de fronteira em conflitos: o leste do médio Tocantins**. Relatório de Pesquisa, mimeografado, 1983.

LAKATOS, Eva Maria et al MARCONI, Maria Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** 1. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Kamila Oliveira. **Novas facetas das agroestratégias: o caso do Acampamento Helenira Resende (MST)**. 2018. 56f. Trabalho de conclusão de curso (Geografia) -Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, 2018.

MARSCHAL, Lucina; SANTOS, Tina. MST Mantém bloqueio na rodovia br 155 entre Marabá e Eldorado. Correio Carajás.Disponível em:<<http://www.folhadobico.com.br/11/2017/mst-mantem-bloqueio-na-rodovia-br-155-entre-maraba-e-eldorado-no-pa.php>>.Acesso:em 20 de junho de 2018

MICHELOTTI, Fernando. **Luta pela terra e Assentamentos no Sudeste do Pará**. 3ª Encontro da Rede de Estudos Rurais. Campina Grande- PB, Brasil, 2008.

MIRANDA, Rogério Rego. **(Contra) Hegemonia e território dos Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Sudeste paraense**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

ROSA, Maria Virginia de Figueiredo Pereira do Couto. **Entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação de resultados – 1ªed**. 1.reimp. – Belo Horizonte: Autentica, 2008.

SYGAUD, Lygia Maria. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 58, 2000, p. 73-92.

SORIANO, Rafael. **Famílias do acampamento helenira**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/11/27/familias-do-acampamento-helenira-rezende-resistem-a-acao-de-despejo>>.Acesso:em 20 de junho de 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes. Redes. In: _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77-110.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro edelstein de pesquisas sociais, 2009.

TURATTI, Maria Celia Manzoli. **Acampamentos do MST: Uma discursão critica sobre a sociabilidade e poder**. XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 1999. 30p.

WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, Jose Batista Gonçalves. De posseiro a Sem-Terra: o Impacto da Luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel (Org). **Combatendo a Desigualdade Social O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.